

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

MAYARA FREGNI HADICH

**O DANO AMBIENTAL E OS ASPECTOS DA
RESPONSABILIDADE CIVIL**

São Paulo

2013

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

MAYARA FREGNI HADICH

**O DANO AMBIENTAL E OS ASPECTOS DA
RESPONSABILIDADE CIVIL**

Monografia apresentada à PUC/COGEAE, como exigência parcial para aprovação no Curso de Especialização em Direito Processual Civil em Módulos, sob a orientação da Professora Maria Antonieta Zanardo Donato.

São Paulo

2013

Dedico este trabalho aos meus pais, Paulo e Deise.

Agradeço a Deus por ter me dado forças e iluminado meu caminho para que pudesse concluir mais uma etapa em minha vida.

Agradeço aos meus pais, Paulo e Deise, por todo amor e dedicação que sempre tiveram comigo, pelos quais tenho profunda admiração, meu eterno agradecimento por estarem sempre do meu lado, disponíveis, me apoiando e me fazendo acreditar que nada é impossível, os quais são meus maiores exemplos de vida e que, com certeza, abriram mão de muitas coisas para me proporcionar esta e todas as outras conquistas que obtive em minha vida.

Agradeço minhas irmãs, Heloisa e Ana Paula, pelo carinho e companheirismo sempre.

Agradeço ao meu companheiro de sempre, André Dolfini de Araújo, pela compreensão da importância da realização desse curso e por sempre me apoiar em minhas decisões.

Agradeço à minha orientadora, Professora Maria Antonieta Zanardo Donato, pelo apoio, paciência, compreensão e, especialmente, mesmo sobrecarregada por outros trabalhos, ter me aceitado como orientanda. À especial homenagem.

RESUMO

O presente trabalho faz uma análise de uma situação fática por meio da apresentação de um acórdão, o qual segue anexo a este. A situação se refere a um dano ambiental ocasionado pelo vazamento de óleo pela Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS em um rio. O vazamento do óleo ocasionou na poluição do rio com a consequente mortandade da fauna local e prejuízo à população que dependia dos peixes ali existentes para sua subsistência. A PETROBRAS, ao ser acionada judicialmente, alegou não ser culpada pelo vazamento, com a argumentação de que o mesmo teria sido causado por força maior. Assim, diante do ocorrido, o trabalho propõe a demonstrar a importância do direito ambiental para regulamentar os danos ambientais causados pela atividade humana. Além disso, esse texto buscou abordar a responsabilidade civil no direito ambiental, a qual é objetiva, ou seja, na hipótese de dano ambiental, o agente causador do dano será responsabilizado independente de culpa.

Palavras- chave: Dano ambiental, vazamento, óleo, Direito Ambiental, Responsabilidade Civil.

Sumário

Introdução.....	6
Capítulo 1 – O acórdão analisado	8
1.1. Apresentação do acórdão.....	8
1.2. Casos semelhantes.....	11
Capítulo 2 – Direito Ambiental.....	16
2.1. O conceito.....	16
2.2. Direito Ambiental Empresarial.....	20
Capítulo 3 – Gestão ambiental.....	21
3.1. Conceito	21
3.2. Sustentabilidade nas empresas	21
Capítulo 4 – Meio Ambiente.....	24
4.1. Conceito de Meio Ambiente.....	24
4.2. Classificações do Meio Ambiente.....	25
Capítulo 5 – Do Dano Ambiental.....	31
Capítulo 6 – Da Responsabilidade Civil.....	33
6.1. Teorias.....	33
6.1.1. Teoria Subjetiva.....	33
6.1.2. Teoria Objetiva.....	34
Capítulo 7 – Da Responsabilidade Civil Ambiental.....	35
7.1. Da Aplicação da Teoria Objetiva no Direito Ambiental	35
7.2. Do Princípio do Poluidor-pagador.....	36
7.3. Teoria do Risco Integral	38
Capítulo 8 – Da Inexistência de Excludentes.....	40
Capítulo 9 – Dos danos morais	43
Considerações Finais	45
Referências Bibliográficas.....	47
Anexo	50

Introdução

O presente trabalho tem por finalidade realizar um estudo de caso concreto, o qual será feito por meio de uma análise de um acórdão.

O acórdão será a base para o desenvolvimento desse exercício monográfico, cuja principal temática é dano ambiental e responsabilidade civil.

O acórdão trata de vazamento de óleo ocasionado em um rio pela Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS.

Na ocasião, referido vazamento causou enormes prejuízos ao meio ambiente, prejudicando a qualidade da água e resultando na mortandade da fauna local, em sua maioria composta por peixes.

Ademais, a mortandade dos peixes prejudicou a população local que se utiliza da atividade da pesca para sua sobrevivência.

Esses danos até hoje não foram reparados, pelo que se faz importante a presente análise para discutir a importância do meio ambiente e seus recursos naturais, bem como evidenciar que esses são imprescindíveis à preservação da vida.

Além disso, o presente trabalho traz uma explanação acerca do meio ambiente e suas classificações, permitindo, assim, que se identifiquem os danos que podem ser sofridos pelo meio ambiente.

Este exercício monográfico trata também da importância de se regulamentar normas referente a legislação ambiental, com a finalidade de inibir a destruição ambiental.

Tendo em vista que o acórdão trazido para análise trata de um dano ambiental causado por uma grande empresa, também será abordada aqui a responsabilidade civil daquele que polui o meio ambiente.

Para enriquecer a análise ora formulada, foram utilizadas bibliografias doutrinárias as quais são a base de toda a fundamentação deste trabalho, utilizando-se também, a título de complementação, jurisprudências.

Capítulo 1 – O acórdão analisado

1.1. Apresentação do acórdão

O acórdão apresentado para análise trata-se de um Recurso Especial, o qual recebe o número de 1.346.430 - PR (2011/0223079-7) interposto por Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS, ora recorrente.

O assunto principal abordado se refere à relação estabelecida entre danos ambientais e a responsabilidade civil do poluidor.

Na situação concreta trazida a estudo, Odair José do Nascimento ajuizou ação de indenização em face da Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS.

Trata-se de um rompimento do poliduto denominado “Olapa” de propriedade da PETROBRAS, ocorrido em 16 de fevereiro de 2001, o qual teria ocasionado vazamento de 48.500 litros de óleo combustível e que, por decorrência de chuvas torrenciais ocorreu o rompimento das barreiras de contenção, tornando o acidente em graves proporções.

O autor, Odair José Nascimento, exerce a atividade de pescador artesanal e como o vazamento resultou na mortandade da fauna aquática, bem como na imediata proibição da pesca imposta pelo Instituto Ambiental do Paraná e pelo IBAMA nos rios e baías de Antonina e Paranaguá, por mais de seis meses, o mesmo ficou impedido de obter seu sustento e de sua família, motivo pelo qual ajuizou ação de indenização.

O autor alega existência de responsabilidade civil objetiva do recorrente, uma vez ter a mesma ocasionado dano ecológico, além disso, ele sustenta ter sofrido danos de ordem moral e material, tendo em vista que seu sustento é oriundo da pesca e, com a poluição, ele teria sofrido queda na produção.

O Juízo da Vara Cível da Comarca de Antonina - PR julgou parcialmente procedentes os pedidos formulados na inicial, mas o Tribunal de Justiça do Paraná deu provimento ao recurso da ré para anular a sentença, reconhecendo cerceamento de defesa (fls. 213-231).

Assim, foi prolatada nova sentença julgando parcialmente procedentes os pedidos formulados na exordial para condenar a ré ao pagamento de: a) R\$ 3.624,00 (três mil seiscentos e vinte e quatro reais), a título de lucros cessantes, estabelecendo que dessa verba deverá ser abatido todos os valores eventualmente recebidos pelo autor, tendo em vista acordo anteriormente firmado pelas partes; b) R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), a título de danos morais; c) custas processuais e honorários advocatícios, no percentual de 15% obre o valor da condenação.

Opostos embargos de declaração pela ré, foram rejeitados. Interpôs a requerida apelação para o Tribunal de Justiça do Paraná, que deu parcial provimento ao recurso para: a) determinar que a condenação por danos materiais fique limitada ao período de proibição da pesca, no valor de um salário mínimo, em vigor no período de restrição da pesca; b) abater do quantum indenizatório o defeso, caso recebido pelo pescador; c) redistribuir as verbas sucumbenciais entre as partes, na razão de 1/3 para o autor e 2/3 para a ré.

Inconformados com a decisão colegiada, interpuseram as partes recursos especiais, ambos com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da

Constituição Federal, não tendo sido admitido o recurso da ré PETROBRAS e determinado o sobrestamento do recurso interposto pelo autor, tendo em vista a decisão do Ministro Sidnei Beneti no REsp 1.114.398/PR, determinando a suspensão dos feitos em que se discuta questão relativa ao termo inicial dos juros moratórios para reparação a título de danos morais.

No recurso especial inadmitido, sustenta a recorrente PETROBRAS divergência jurisprudencial e violação aos artigos 125, 130, 330 do Código de Processo Civil e 393 do Código Civil.

Alega que: a) houve cerceamento de defesa; b) não foi demonstrado que o recorrido sofreu prejuízo decorrente do acidente; c) este decorreu de fato da natureza, causado por deslizamento abrupto de grande massa de terreno contíguo, que exerceu força de tração irresistível sobre o oleoduto, causando-lhe o rompimento – ficando caracterizada excludente de responsabilidade; d) não há falar em dano moral; e) subsidiariamente, o quantum arbitrado a esse título, no valor de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), mostra-se exorbitante, pois há precedentes do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, em casos análogos, um deles fixando a indenização em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) e os demais em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais); f) o Tribunal de origem não observa que são mais de 5.000 ações em trâmite, de modo que, aplicando os encargos moratórios, as reparações podem suplantar o valor de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais).

Foi negado provimento ao agravo em recurso especial 95.453-PR, manejado pela PETROBRAS, reconsiderando essa decisão para determinar a conversão daquele recurso no presente recurso especial.

Deste modo, o recorrido apresentou petição colacionando documentos aos autos, informando que outros 3.000 (três mil) pescadores já receberam suas verbas indenizatórias, não cabendo ao STJ a revisão do quantum indenizatório, sob pena de se transformar em terceira instância.

Em suma, estes foram os tramites processuais percorridos pelo caso ora analisado, o qual trata de discussão acerca de responsabilidade civil por dano ambiental causado ao meio ambiente.

1.2. Casos semelhantes

É importante destacar que o tipo de dano ora apresentado é recorrente por parte da PETROBRAS, não se tratando, portanto, de um fato isolado, de um acidente, como se verá a seguir:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VAZAMENTO DE OLEODUTO. INDENIZAÇÃO. CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA. ELEMENTOS DOCUMENTAIS SUFICIENTES. LEGITIMIDADE ATIVA DO PESCADOR ARTESANAL. DANO AMBIENTAL. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. PRINCÍPIO DO POLUIDOR-PAGADOR. MATÉRIAS DECIDIDAS PELA SEGUNDA SEÇÃO. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. REVISÃO. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. "Não configura cerceamento de defesa o julgamento antecipado da lide (CPC, art. 330, I e II) de processo de ação de indenização por danos materiais e morais, movida por pescador profissional artesanal contra a Petrobrás, decorrente de impossibilidade de exercício da profissão, em virtude de poluição ambiental causada por derramamento de nafta devido a avaria do Navio 'N-T Norma', a 18.10.2001, no Porto de Paranaguá, pelo período em que suspensa a pesca pelo IBAMA" (REsp 1.114.398/PR, Rel. Ministro Sidnei Beneti, Segunda Seção, julgado em 8/2/2012, DJe 16/2/2012).

2. Extrai-se, ainda, do mesmo voto que "O dano ambiental, cujas consequências se propagam ao lesado, é, por expressa previsão legal, de responsabilidade objetiva, impondo-se ao poluidor o dever de indenizar".

3. Inviável, em sede especial, a revisão dos critérios adotados na origem para a distribuição dos ônus sucumbenciais, dadas as peculiaridades de cada caso concreto, nos termos da Súmula nº 7/STJ.

4. Agravo regimental não provido." (AgRg no AREsp 238427 / PR, STJ, Rel. Min. Ricardo Villas Boas Cueva, 09/08/2013)¹

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CERCEAMENTO DE DEFESA. VALOR DA CONDENAÇÃO EM DANOS MATERIAIS. SÚMULA N. 7/STJ. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. RESPONSABILIDADE CIVIL. PETROBRÁS. ROMPIMENTO DO POLIDUTO "OLAPA" E VAZAMENTO DE ÓLEO COMBUSTÍVEL. DANO AMBIENTAL. TEORIA DO RISCO INTEGRAL. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. PRECEDENTE DA SEGUNDA SEÇÃO, EM SEDE DE RECURSO REPETITIVO. ART. 543-C DO CPC. TERMO INICIAL. JUROS MORATÓRIOS. SÚMULA N. 54/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. O acórdão de origem considerou possível o julgamento antecipado da lide, mencionando a extensão do acidente ambiental e as provas que confirmam a legitimidade do autor da ação, de modo que o exame do alegado cerceamento de defesa demandaria nova apreciação do conteúdo fático-probatório dos autos, procedimento que não se admite em recurso especial (Súmula n. 7/STJ).

2. No presente caso, o acolhimento da pretensão recursal no tocante à diminuição da condenação a título de danos materiais exigiria o reexame da extensão do prejuízo sofrido pelo recorrido, o que é vedado na instância especial.

3. A fixação do quantum, em ação de indenização por danos morais e materiais, em valor inferior ao requerido não configura sucumbência recíproca, pois o montante deduzido na petição inicial é meramente estimativo.

4. A tese contemplada no julgamento do REsp n. 1.114.398/PR (Relator Ministro SIDNEI BENETI, julgado em 8/2/2012, DJe 16/2/2012), sob o rito do art. 543-C do CPC, no tocante à teoria do risco integral e da responsabilidade objetiva ínsita ao dano ambiental (arts. 225, § 3º, da CF e 14, § 1º, da Lei n. 6.938/1981), aplica-se perfeitamente à espécie, sendo irrelevante o questionamento sobre a

¹ BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça**. Disponível em <http://www.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?newsession=yes&tipo_visualizacao=RESUMO&b=ACOR&livre=AgRg%20no%20AREsp%20238427>. Acesso em 07/06/2013, 09:02:35

diferença entre as excludentes de responsabilidade civil suscitadas na defesa de cada caso. Precedentes.

5. "Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual" (Súmula n. 54/STJ).

6. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 258263 / PR, STJ, Relm Min. Antonio Carlos Ferreira, 12/03/2013)²

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CERCEAMENTO DE DEFESA E HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. SÚMULA N. 7/STJ. RESPONSABILIDADE CIVIL. ROMPIMENTO DO POLIDUTO "OLAPA" E VAZAMENTO DE ÓLEO COMBUSTÍVEL. DANO AMBIENTAL. PETROBRÁS. TEORIA DO RISCO INTEGRAL. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. PRECEDENTE DA SEGUNDA SEÇÃO. ART. 543-C DO CPC. APLICABILIDADE. DESPROVIMENTO.

1. O Tribunal de origem afastou a alegação de cerceamento de defesa por entender comprovada a ocorrência e a extensão do dano ambiental, bem como a legitimidade do autor da ação. Alterar esse entendimento demandaria o reexame das provas produzidas nos autos, o que é vedado em recurso especial, a teor da Súmula n. 7/STJ.

2. O reexame dos critérios fáticos sopesados de forma equitativa para a fixação dos honorários advocatícios (art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC) encontram óbice na Súmula n. 7/STJ. Somente se admite a revisão do valor quando for evidente a desproporcionalidade da quantia arbitrada, situação não verificada nos autos. 3. A tese contemplada no julgamento do REsp n. 1.114.398/PR (Relator Ministro SIDNEI BENETI, julgado em 8/2/2012, DJe 16/2/2012), sob o rito do art. 543-C, no tocante à teoria do risco integral e da responsabilidade objetiva ínsita ao dano ambiental (arts. 225, § 3º, da CF e 14, § 1º, da Lei n. 6.938/1981), aplica-se perfeitamente à espécie, sendo irrelevante o questionamento sobre a diferença entre as excludentes de responsabilidade civil suscitadas na defesa de cada caso. Precedentes.

4. Ademais, no caso, o Tribunal de origem, analisando a prova dos autos, concluiu pela inexistência de força maior, o que atrai a incidência da Súmula n. 7/STJ.

² BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça**. Disponível em <http://www.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?newsession=yes&tipo_visualizacao=RESUMO&b=ACOR&livre=AgRg%20no%20AREsp%20258263>. Acesso em 07/06/2013, 09:06:42

5. Agravo regimental desprovido.” (AgRg no AREsp 71324 / PR, STJ, Rel. Min. Antonio Carlos Ferreira, 05/03/2013)³

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. DIVERGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. DANO AMBIENTAL. SANÇÃO ADMINISTRATIVA. IMPOSIÇÃO DE MULTA. AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL. DERRAMAMENTO DE ÓLEO DE EMBARCAÇÃO DA PETROBRÁS. CERCEAMENTO DE DEFESA. REEXAME DE MATÉRIA PROBATÓRIA. SÚMULA 07/STJ. COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS ESTADUAIS DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE PARA IMPOR SANÇÕES. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. LEGITIMIDADE DA EXAÇÃO.

(...)

9. A controvérsia quando não adstrita à legalidade da imposição de multa, por danos causados ao meio ambiente, com respaldo na responsabilidade objetiva, escapa à competência do E. STJ por interdição da Súmula 07.

10. Sob a estrita ótica infraconstitucional, dispõe o artigo 3º, inciso IV, da lei n º 6.938/81:

"Art. 3º - Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

(...)

IV - poluidor, a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental;

11. O artigo 14, § 1º, da mesma norma, a seu turno, prevê:

"Art. 14 - Sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal, estadual e municipal, o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeitará os transgressores:

§ 1º Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente. 12. Com

³BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça.** Disponível em <<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=AgRg+no+AREsp+71324&&b=ACOR&p=true&t=&l=10&i=2>>. Acesso em 07/06/2013, 09:10:03

efeito, o artigo 14 da Lei nº 6.938/81, mantido pela Lei nº 7.804/89, permite a aplicação de multas pela autoridade estadual com base em legislação federal, vedando expressamente a sua cobrança pela União, se já tiver sido aplicada pelo Estado.

13. In casu, o auto de infração foi lavrado por autoridade estadual, com base nessa responsabilidade objetiva.

14. Dessarte, "(...)O meio ambiente, ecologicamente equilibrado, é direito de todos, protegido pela própria Constituição Federal, cujo art. 225 o considera "bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida". (...) Além das medidas protetivas e preservativas previstas no § 1º, incs. I-VII do art. 225 da Constituição Federal, em seu § 3º ela trata da responsabilidade penal, administrativa e civil dos causadores de dano ao meio ambiente, ao dispor: "As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados". Neste ponto a Constituição recepcionou o já citado art. 14, § 1º da Lei n. 6.938/81, que estabeleceu responsabilidade objetiva para os causadores de dano ao meio ambiente, nos seguintes termos: "sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente de existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade." (Sergio Cavalieri Filho, in "Programade Responsabilidade Civil")

15. As penalidades da Lei n.º 6.938/81 incidem sem prejuízo de outras previstas na legislação federal, estadual ou municipal (art. 14, caput) e somente podem ser aplicadas por órgão federal de proteção ao meio ambiente quando omissa a autoridade estadual ou municipal (art. 14, § 2º). A ratio do dispositivo está em que a ofensa ao meio ambiente pode ser bifronte atingindo as diversas unidades da federação" (REsp 673765 / RJ, STJ, Rel. Min, Luiz Fux, 26/09/2005)⁴

⁴ BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça.** Disponível em <<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=REsp+673765&&b=ACOR&p=true&t=&l=10&i=6>>. Acesso em 07/06/2013, 09:15:14

Capítulo 2 – Direito Ambiental

2.1. O conceito

Segundo as lições de José Roberto Marques, em sua obra *Lições Preliminares de Direito Ambiental*¹, praticamente todos os atos praticados pelo ser humano podem degradar o meio ambiente, uma vez que ele produz resíduos orgânicos, que poluem águas e solo; realiza construções, as quais destroem o meio natural; faz uso de meios de transporte movidos a combustíveis poluidores; gera lixo em excesso; desmata, dentre outras ações.

Deste modo, é praticamente impossível dizer que o meio ambiente não será degradado pelo homem, motivo pelo qual, de acordo com referido autor, “não adianta, assim, o conjunto legislativo que compõe o Direito Ambiental traçar normas proibindo degradar o meio. Sua função mais precisa é regular o que é permitido degradar, com vista à garantia da sadia qualidade de vida e preservação de recursos ambientais para gerações futuras, proibindo algumas condutas que são totalmente evitáveis”.

Segundo o autor, a proibição do desmatamento, por exemplo, tem por objetivo proteger a biodiversidade.

Assim, nesse sentido a legislação serve para indicar o quanto é permitido poluir, fixando limites máximos de emissão na água, na atmosfera e solo, bem como

¹ MARQUES, José Roberto. **Lições Preliminares de Direito Ambiental**. 1ª Edição.2010. Editora Verbatin: São Paulo.

proibir desmatamento em regiões de preservação ambiental, ou seja, a legislação ambiental tem por objetivo buscar o equilíbrio entre as ações humanas que degradam o meio ambiente e sua respectiva preservação e manutenção da qualidade de vida.

O Direito Ambiental, então, tem por fim, impor limites a degradação, adequando as normas legais a lei da natureza, de modo que a degradação que ocorre naturalmente pelos seres humanos não ultrapasse o limite e iniba o desenvolvimento sustentável.

Ademais, é importante ressaltar que o Direito Ambiental tem por principal finalidade proteger o meio ambiente como o bem de uso coletivo, priorizando sempre a coletividade, a qual não deve ser prejudicada por danos causados por ações de particulares, empresariais ou até mesmo governamentais.

No que diz respeito a finalidade do Direito Ambiental, José Roberto Marques, diz que foi a possibilidade de comprometimento da vida do homem que despertou os mais variados setores da sociedade para produção legislativa com o intuito de proteger o meio ambiente.

Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988² previu que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é essencial à sadia qualidade de vida.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, de Estocolmo, de 1972, produziu uma declaração na qual procurou definir a qualidade de vida da seguinte maneira:

² BRASIL. **Constituição de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

O homem tem o direito fundamental à liberdade, à igualdade e ao desfrute de condições de vida adequadas em um meio ambiente de qualidade tal que lhe permita levar uma vida digna e gozar de bem-estar, tendo a solene obrigação de proteger e melhorar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras.

A autora Maria Luiza Machado Granziera,³, inicialmente a proteção ambiental tinha como único destinatário o homem, mas que com o passar do tempo, o meio ambiente teve sua importância reconhecida. Nesse sentido foi o preâmbulo da Convenção de Berna de 19/09/1979 realizada na Europa, a qual determinou que:

A fauna e a flora selvagens constituem um patrimônio natural de um valor estético, científico, cultural, recreativo, econômico e intrínseco, que deve ser preservado e transmitido a gerações futuras.

No mesmo sentido, segundo Celso Antonio Pacheco Fiorillo⁴, o direito ambiental tem por objeto a tutela de toda e qualquer vida.

No entanto, no direito brasileiro, o Direito Ambiental é uma disciplina relativamente nova, pois era um apêndice do direito administrativo e do direito urbanístico, e com o advento da Lei 6930, de 31 de agosto de 1981⁵, qual seja a Política Nacional do Meio Ambiente, ele adquiriu a sua autonomia.

³ GRANZIERA, Maria Luiza Machado. **Direito Ambiental**. 2ª Edição. 2011. Editora Atlas: São Paulo.

⁴ FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 10ª Edição. 2009. Editora Saraiva: São Paulo.

⁵ BRASIL. **Lei nº 6.938/81**. Política Nacional do Meio Ambiente.

De acordo com o autor Luiz Paulo Sirvinkas⁶, o direito ambiental atua na esfera preventiva (administrativa), reparatória (civil) e repressiva (penal).

Segundo o autor, compete ao Poder Executivo, na esfera preventiva, estabelecer medidas preventivas de controle das atividades causadoras de significativa poluição para, ao conceder a licença ambiental, exigir o estudo prévio de impacto ambiental e seu respectivo relatório (EIA/RIMA).

Compete ao Poder Legislativo, ainda na esfera preventiva, elaborar normas ambientais, exercer o controle dos atos administrativos do Poder Executivo.

Compete ao Poder Judiciário, na esfera reparatória e repressiva, julgar ações civis públicas e as ações penais públicas ambientais e exercer o controle de constitucionalidade das normas elaboradas por demais poderes.

Ainda na esfera reparatória e repressiva, cabe ao Ministério Público, firmar termos de ajustes de condutada, instaurar inquérito civil e propor ações civis públicas e ações penais públicas ambientais.

Enfim, com a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente⁷, o Direito Ambiental tornou-se uma ciência jurídica independente, com regime jurídico próprio, definições e conceitos de meio ambiente e de poluição, e a respetiva responsabilidade objetiva.

⁶SIRVINSKAS, Luis Paulo. **Manual de Direito Ambiental**. 11ª Edição. 2013. Editora Saraiva: São Paulo

⁷ BRASIL. **Lei n º 6.938/81**. Política Nacional do Meio Ambiente, *passim*.

2.2. Direito Ambiental Empresarial

A atividade econômica abrange indústrias, comércio e os serviços e cada atividade possui legislação própria para o seu exercício. No entanto, normas genéricas ambientais devem ser obedecidas.

Ainda para o autor Luiz Paulo Sirvinkas⁸, o direito ambiental deve preservar os interesses difusos, os quais dizem respeito à vida, qualidade de vida e meio ambiente, são os denominados bem de uso comum do povo e essencial à sua qualidade de vida.

Assim, para a preservação do meio ambiente, o empresariado poderia ser um grande parceiro, implantando em suas empresas desde pequenas atitudes do dia a dia a grandes projetos.

Como parte das atividades empresariais pode causar grandes danos ao meio ambiente, é importante que as empresas busquem novos modelos de gestão ambiental para contribuir com o intenso trabalho que precisa ser feito perante a preservação dos recursos naturais.

Assim, as empresas precisam se tornar parceiras da sociedade e contribuir para manutenção do meio ambiente, por meio de procedimentos rigorosos que não agridam os recursos naturais, tampouco prejudiquem a qualidade de vida e a saúde da população.

⁸ Cf. SIRVINSKAS, Luis Paulo. **Manual de Direito Ambiental**. 11ª Edição. 2013. Editora Saraiva: São Paulo

Capítulo 3 – Gestão ambiental

3.1. Conceito

De acordo com o autor Luiz Paulo Sirvinkas¹, “gestão ambiental é o conjunto de diretrizes e atividades administrativas e operacionais que tem por finalidade obter efeitos positivos sobre o meio ambiente”.

Segundo o estudo elaborado por aludido autor, as pesquisas indicam que empresas sensíveis à questão ambiental têm experimentado alguns benefícios, como a conquista de mercado.

Assim, ainda levando em conta os ensinamentos de Luiz Paulo Sirvinkas², a gestão ambiental é a maneira pela qual o cidadão, empresário e o governo trabalham juntos para construir um mundo melhor, de modo que a sociedade possa viver num modelo sustentável.

3.2. Sustentabilidade nas empresas

Tendo em vista, que o presente trabalho se refere a análise de um acórdão que trata da poluição do meio ambiente por uma grande empresa, é importante

¹ SIRVINSKAS, Luis Paulo. **Manual de Direito Ambiental**. 11ª Edição. 2013. Editora Saraiva: São Paulo.

² SIRVINSKAS, Luis Paulo. **Manual de Direito Ambiental**. 11ª Edição. 2013. Editora Saraiva: São Paulo, *passim*.

abordar questão da sustentabilidade nas empresas, segundo Luiz Paulo Sirvinkas³, ela engloba quatro conceitos: eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa.

Diante desses conceitos as empresas realizaram a contratação de profissionais na área para a implantar o conceito de sustentabilidade.

A preocupação com essa questão se iniciou com a criação do índice de sustentabilidade das empresas (ISE), o qual tem a finalidade de avaliá-las no ponto de vista socioambiental.

O índice se refere a empresas que cumprem os requisitos legais de sustentabilidade, e sua identificação e avaliação são constatadas pela Bovespa.

Esse índice se refere a ações das empresas com melhores desempenhos em diversos aspectos de avaliação da sustentabilidade empresarial, é um demonstrativo que as empresas fazem ações efetivas para minimizar o impacto ambiental.

Luiz Paulo Sirvinkas⁴ explica, ainda, que o índice é uma exigência da Bovespa para mostrar aos seus acionistas quais as empresas estão adotando os princípios da sustentabilidade, tem por objetivo mostrar a investidores estrangeiros que as empresas são responsáveis e buscam minimizar os impactos ambientais.

A PETROBRAS foi excluída do ISE, em 2008, por não ter cumprido a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA de nº 315/2002⁵,

³ Cf. SIRVINSKAS, Luis Paulo. **Manual de Direito Ambiental**. 11ª Edição. 2013. Editora Saraiva: São Paulo.

⁴ SIRVINSKAS, Luis Paulo. **Manual de Direito Ambiental**. 11ª Edição. 2013. Editora Saraiva: São Paulo, *passim*.

⁵ Resolução do Conama nº 315/2002

que determina a redução do teor de enxofre no diesel comercializado no Brasil a partir de janeiro de 2009.

Segundo o autor supracitado⁶, a exclusão se deu diante do inconformismo de onze entidades que encaminharam uma carta ao conselho do ISE comunicando o descumprimento de aludida resolução.

As entidades que promoveram a exclusão da PETROBRAS do ISE são: Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado de Minas Gerais, Fórum Paulista de Mudanças Climáticas Globais e de Biodiversidade, Secretaria do Verde e Meio Ambiente do Município de São Paulo, Movimento Nossa São Paulo, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC, Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável, SOS Mata Atlântica, Green-Peace Brasil, Amigos da Terra – Amazônia Brasileira, Instituto Akatu pelo Consumo Consciente e Instituto Brasileiro de Advocacia Pública.

Assim o Conselho do ISE se utiliza de critérios rígidos tanto para a empresa que nele pretende ingressar, quanto para a que pretende permanecer.

Diante do exposto, fica evidente que a PETROBRAS já tem histórico de ocasionar danos ambientais, tal como ocorreu no acórdão ora em análise.

⁶ Cf. SIRVINSKAS, Luis Paulo. **Manual de Direito Ambiental**. 11ª Edição. 2013. Editora Saraiva: São Paulo

Capítulo 4 – Meio Ambiente

4.1. Conceito de Meio Ambiente

O autor Rodolfo de Medeiros Araujo¹ desmembrou a expressão meio ambiente para defini-la.

Assim, “meio” se refere ao “conjunto de elementos materiais e circunstâncias que influenciam o organismo vivo”, enquanto que “ambiente” é “aquilo que rodeia ou envolve por todos os lados e constitui o meio em que se vive”: tudo que envolve os seres vivos e/ou coisa; recinto, espaço, âmbito em que está ou vive.

Segundo o autor:

Na linguagem técnica, Meio Ambiente é a combinação de todas as coisas e fatores externos ao indivíduo ou população de indivíduos em questão, suas relações e interações. No conceito jurídico, o meio ambiente é a expressão do patrimônio natural e as relações com e entre seres vivos, em visão estrita.

O autor Celso Antônio Pacheco Fiorillo,² traz em sua obra *Curso de Direito Ambiental Brasileiro*, 10ª edição, 2009, Editora Saraiva, nesse mesmo sentido, que meio ambiente é tudo que nos circunda e que “a definição de meio ambiente é ampla, devendo-se observar que o legislador optou por trazer um conceito jurídico indeterminado, a fim de criar um espaço positivo de incidência da norma”.

¹ ARAUJO, Rodolfo de Medeiros. **Manual – Direito Ambiental**. 1ª Edição. 2012. Editora Edijur: Leme/SP.

² Cf. FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 10ª Edição. 2009. Editora Saraiva: São Paulo.

A lei n^o 6.938/81, a qual dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente³, traz em seu artigo 3^o, I, a definição de meio ambiente como sendo “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”.

Nesse sentido, o autor José Afonso da Silva, em sua obra *Direito Ambiental Constitucional*, Malheiros editores, 2002⁴:

O conceito de meio ambiente há de ser, pois, globalizante, abrangente de toda a Natureza original e artificial.

(...)

A integração busca assumir uma concepção unitária do ambiente, compreensiva dos recursos naturais e culturais.

Por isso é que a preservação, a recuperação e a revitalização do meio ambiente não de constituir uma preocupação do Poder Público e, conseqüentemente, do Direito, porque ele forma a ambiência na qual se move, desenvolve, atua e se expande a vida humana.

Portanto, meio ambiente é um conceito subjetivo que se refere conjunto de elementos naturais e culturais que interagem entre si, cuja interação constitui o meio em que se vive.

4.2. Classificações do Meio Ambiente

O meio ambiente pode ser classificado em natural, artificial, cultural e do trabalho.

³ BRASIL. **Lei n^o 6.938/81**. Política Nacional do Meio Ambiente.

⁴ SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional**. 9^a Edição. 2009. Editora Malheiros: São Paulo

De acordo com a autora Patrícia Faga Iglecias Lemos⁵, todos os elementos acima citados se relacionam e a degradação de algum deles importa na dos demais.

O meio ambiente natural, de acordo com a autora, é composto pelos recursos naturais de recursos naturais de características planetária, quais seja, o solo, a água, o ar atmosférico, a flora e a fauna; pelos ecossistemas brasileiros e sua função geoeconômica e pela biodiversidade e patrimônio genético.

O meio ambiente natural é tutelado pela Constituição Federal de 1988⁶, conforme abaixo exposto:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

(...)

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

Portanto, o meio ambiente natural diz respeito à fauna, flora, água, solo.

⁵ LEMOS, Patrícia Faga Iglecias. **Direito Ambiental- Responsabilidade Civil e proteção ao meio ambiente**. 2010. Editora Revistas dos Tribunais: São Paulo

⁶ Cf. BRASIL. **Constituição de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

No acórdão objeto da presente análise neste trabalho, o dano ambiental foi configurado pelo vazamento de óleo em um rio, o que gerou mortandade dos peixes locais.

Nota-se, portanto, que os elementos prejudicados pela imprudência na empresa PETROBRAS, foram a água e a fauna, motivo pelo qual serão os elementos explorados a seguir.

A lei 6938/81, Política Nacional do Meio Ambiente, em seu artigo 3º, V e a lei 9985/2000, em seu artigo 2º, IV⁷, definem recursos ambientais como sendo: “a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora”; portanto, a água é considerada um recurso ambiental.

A questão da água é extremamente atual e importante, segundo o autor Edis Milaré, em sua obra *Direito do Ambiente*⁸, este elemento:

participa com elevado potencial na composição de organismos e dos seres vivos em geral, e suas funções biológicas e bioquímicas são essenciais, pelo que se diz simbolicamente que a água é elemento constitutivo da vida. Dentro do ecossistema planetário, seu papel junto aos biomas é múltiplo, seja como integrante da cadeia alimentar e de processos biológicos, seja como condicionante dos diferentes habitats.

Diante de tamanha importância da água para a vida é o motivo pelo qual um dano ambiental que cause sua contaminação é tão grave, muitas vezes danos como esse, o de contaminar água com o derramamento de óleo, podem ser irreversíveis.

⁷ Cf. BRASIL. **Lei n º 6.938/81**. Política Nacional do Meio Ambiente.

⁸ MILARÉ, EDIS. **Direito do Ambiente**. 2000. Editora RT: São Paulo

O outro elemento afetado pelo dano ora analisado é a fauna, uma vez que esse vazamento ocasionou a morte de parte da população animal desse *habitat*.

Segundo Patrícia Faga Iglecias⁹, “a fauna é o conjunto de animais que vivem em determinada região ou ambiente e tem relação direta com a flora existente”.

A Constituição Federal, em seu artigo 225, § 1º, VII, acima transcrito, proíbe praticas que colocam em risco a função ecológica da fauna, o que inclui a destruição de *habitats*, bem como coíbe as praticas que provoquem a extinção de espécies e que submetam animais à crueldade.

Na presente situação, o vazamento de óleo pela PETROBRAS no rio ocasionou a mortandade de peixes, sendo configurada, assim, uma pratica que colocou em risco a fauna local.

Tamanho foi o prejuízo causado pelo vazamento que a população que se sustentava dos peixes deste rio, ficou impossibilitada de fazê-lo.

Em sequência às classificações do meio ambiente, temos o meio ambiente artificial, o qual, segundo Celso Antônio Pacheco Fiorillo¹⁰, “é compreendido pelo espaço urbano construído, consiste do conjunto de edificações (chamado de espaço urbano fechado), e pelos equipamentos públicos (espaço urbano aberto)”.

⁹ Cf. LEMOS, Patrícia Faga Iglecias. **Direito Ambiental- Responsabilidade Civil e proteção ao meio ambiente**. 2010. Editora Revistas dos Tribunais: São Paulo

¹⁰ Cf. FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 10ª Edição. 2009. Editora Saraiva: São Paulo.

Já o meio ambiente cultural se encontra disciplinado no artigo 216 da Constituição Federal¹¹:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Assim, o meio ambiente cultural é composto por bens jurídicos materiais (monumentos, construções, etc..) e por bens jurídicos imateriais (tradição histórica).

E, por derradeiro, o meio ambiente do trabalho, também disciplinado pela Constituição Federal¹², o qual está relacionado, com os locais em que as pessoas desempenham sua atividade laboral e as condições de salubridade, ou seja, ligado diretamente à saúde:

Art. 200. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:

(...)

VIII - colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.

¹¹ Cf. BRASIL. **Constituição de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

¹² Cf. BRASIL. **Constituição de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

(...)

XXII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

É importante ressaltar que esta classificação é meramente didática e que é pacífica de jurisprudência que as questões atinentes ao meio ambiente laboral são de competência da Justiça do trabalho.

Assim, este capítulo conceituou meio ambiente e suas classificações.

Capítulo 5 – Do Dano Ambiental

No caso analisado no acórdão em questão, ocorreu vazamento de óleo nos rios e baías de Antonina e Paranaguá, conforme exposto anteriormente, fato que ocasionou na poluição dessas águas e na mortandade da fauna local, danificando, assim, o meio ambiente; além de causar prejuízo específico ao autor da ação que ficou impedido de exercer a atividade de pesca, fonte de sua subsistência.

A lei 9966/2000¹, que dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional, veio a estabelecer os princípios básicos a serem obedecidos na movimentação de óleo.

A lei dispõe o seguinte:

Art. 5º Todo porto organizado, instalação portuária e plataforma, bem como suas instalações de apoio, disporá obrigatoriamente de instalações ou meios adequados para o recebimento e tratamento dos diversos tipos de resíduos e para o combate da poluição, observadas as normas e critérios estabelecidos pelo órgão ambiental competente.

(...)

Art. 6º As entidades exploradoras de portos organizados e instalações portuárias e os proprietários ou operadores de plataformas deverão elaborar manual de procedimento interno para o gerenciamento dos riscos de poluição, bem como para a gestão dos diversos resíduos gerados ou provenientes das atividades de movimentação e armazenamento de óleo e substâncias nocivas ou perigosas, o qual deverá ser aprovado pelo órgão ambiental competente, em conformidade com a legislação, normas e diretrizes técnicas vigentes.

¹ BRASIL. Lei nº 9966/2000.

Assim, é evidente que a PETROBRAS, proprietária e operadora de plataforma é responsável pelo armazenamento e manuseio de óleo, devendo, para tanto, obedecer a normas estabelecidas por lei.

Capítulo 6 – Da Responsabilidade Civil

6.1. Teorias

Segundo o autor, Luis Paulo Servinskaskas ¹, todos são responsáveis pelos atos que praticam e devem arcar com as consequências que deles advirem; se essas consequências ocasionarem prejuízos a terceiros, haverá a responsabilidade em reparar ou ressarcir o dano causado.

Assim, a responsabilidade passou a ser um dever jurídico indispensável daquele que vier a causar danos a terceiros.

Para o ressarcimento dos danos, a responsabilidade do respectivo autor deve ser comprovada, para tanto existem duas teorias que objetivam demonstrar essa responsabilidade: a subjetiva e a objetiva.

6.1.1. Teoria Subjetiva

A teoria subjetiva busca comprovar a culpa do agente causador do dano. Nesse sentido dispõe o artigo 186 do Código Civil²:

Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

¹ Cf. SIRVINSKAS, Luis Paulo. **Manual de Direito Ambiental**. 11ª Edição. 2013. Editora Saraiva: São Paulo.

² BRASIL. **Lei nº 10.406 de 2002**. Código Civil.

Para essa teoria é necessário comprovar a culpa do agente, bem como a existência de nexo de causalidade entre a conduta praticada e o dano.

6.1.2. Teoria Objetiva

A teoria objetiva, ao contrário da teoria subjetiva, não exige demonstração de culpa.

Para essa teoria, somente é necessário a existência do fato ou ato e o consequente dano dele advindo.

O agente será responsabilizado mesmo que ele não tenha agido com culpa, assim dispõe o Código Civil³:

Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Assim, essa teoria se refere a indenização por danos causados independentemente do agente ter agido com culpa ou não.

³ BRASIL. Lei nº 10.406 de 2002. Código Civil, *passim*.

Capítulo 7 – Da Responsabilidade Civil Ambiental

7.1. Da Aplicação da Teoria Objetiva no Direito Ambiental

De acordo com a obra de Luis Paulo Servinskaskas¹, havia uma enorme dificuldade em comprovar o causador do dano ambiental pela teoria subjetiva.

Diante da importância do bem tutelado do direito ambiental, a doutrina e, posteriormente a legislação, passou a adotar a teoria objetiva.

Assim, no direito ambiental basta a existência do dano para que o agente seja responsabilizado, não importa se ele agiu com culpa ou não.

A Lei 6838/81, Política Nacional do Meio Ambiente, dispõe acerca da responsabilidade civil objetiva no direito ambiental em seu artigo 14²:

§ 1º - Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente.

O presente caso, descrito no acórdão objeto de análise nesse trabalho, envolve uma discussão acerca do dano ambiental causado pela PETROBRAS, a qual alega não ter tido culpa pelo vazamento de óleo nas águas em questão.

¹ SIRVINSKAS, Luis Paulo. **Manual de Direito Ambiental**. 11ª Edição. 2013. Editora Saraiva: São Paulo.

² Cf. BRASIL. **Lei n º 6.938/81**. Política Nacional do Meio Ambiente.

No entanto, diante da teoria objetiva aplicada nos casos de dano ambiental, não há que se analisar a existência ou não de culpa pelo agente causador, como se verá a seguir.

7.2. Do Princípio do Poluidor-pagador

Nas palavras da autora Maria Luiza Machado Ganziera³, em sua obra *Direito Ambiental*, 2ª edição, 2011, Editora Atlas, a função do direito ambiental é:

justamente nortear as atividades humanas, ora impondo limites, ora induzindo comportamentos por meio de instrumentos econômicos, com o objetivo de garantir que essas atividades não causem danos ao meio ambiente, impondo-se a responsabilidade e as consequentes penalidades aos transgressores dessas normas.

A autora completa ainda que “deve o empreendedor absorver, ao menos em parte, o custo social que a poluição e a degradação decorrentes de sua atividade causam à sociedade, ainda que respeitando os limites e padrões legalmente fixados”.

Deste modo, estabelece-se o princípio do poluidor-pagador, um dos princípios que norteia o Direito Ambiental, o qual, segundo Celso Antônio Pacheco Fiorillo⁴, possui duas finalidades: “a) busca evitar a ocorrência de danos ambientais (caráter preventivo); e b) ocorrido o dano, visa sua reparação (caráter repressivo)”.

³ Cf. GRANZIERA, Maria Luiza Machado. **Direito Ambiental**. 2ª Edição. 2011. Editora Atlas: São Paulo.

⁴ Cf. FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 10ª Edição. 2009. Editora Saraiva: São Paulo.

Assim, o poluidor é quem deve arcar com despesas de prevenção dos danos ao meio ambiente que sua atividade possa causar; e, na hipótese de ocorrerem os danos em razão da atividade desenvolvida, o poluidor é o responsável por sua reparação.

O princípio do poluidor-pagador está disciplinado no artigo 225 da Constituição Federal⁵:

§ 3º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

É com base nesse do princípio do poluidor-pagador, conforme se depreende do artigo acima transcrito, que ocorre a incidência da responsabilidade civil pelo dano ambiental.

Nos dizeres do autor Rodolfo de Medeiros Araujo⁶:

a responsabilização por danos ambientais visa a assegurar que o poluidor venha a arcar com os prejuízos causados ao meio, fazendo com que o próprio infrator, quando possível, restaure o meio ambiente ao 'status quo ante' do dano.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E AMBIENTAL – VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC NÃO CARACTERIZADA – DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL – INOBSERVÂNCIA DAS EXIGÊNCIAS LEGAIS E REGIMENTAIS – APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DO POLUIDOR-PAGADOR.

⁵ Cf. BRASIL. **Constituição de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

⁶ Cf. ARAUJO, Rodolfo de Medeiros. **Manual – Direito Ambiental**. 1ª Edição. 2012. Editora Edijur: Leme/SP.

(...)

4. De acordo com o princípio do poluidor pagador, fazendo-se necessária determinada medida à recuperação do meio ambiente, é lícito ao julgador determiná-la mesmo sem que tenha sido instado a tanto. (REsp 967375 / RJ, STJ, Rel Min. Eliana Calmon, 20/09/2010)⁷

Assim, resta evidente que a PETROBRAS deve ser responsabilizada pelo dano que causou, qual seja o vazamento de óleo no rio, independentemente de ter ou culpa ou não.

7.3. Teoria do Risco Integral

Segundo o autor Rodolfo de Medeiros Araujo⁸, “adota-se a TEORIA DO RISCO INTEGRAL, TEORIA DO RISCO DA ATIVIDADE, ou seja, consubstanciada atividade perigosa ou potencialmente poluidora, caberá o dever de reparação, em caso de dano, ao autor do fato, consubstanciado de ônus de sua atividade o dever de reparar os danos por ela causados”.

A teoria do risco considera que “aquele que, mesmo desenvolvendo uma atividade lícita, pode gerar perigo deve responder pelo dano, sem a necessidade de a vítima provar a culpa do agente. Isso implica dizer que ainda que o agente causador tenha tomado todas as medidas e precauções necessárias para evitar o

⁷ BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça**. Disponível em <<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=poluidor+pagador&&b=ACOR&p=tr ue&t=JURIDICO&l=10&i=13>> Acesso em 15/09/2013, 15:35:00

⁸ Cf. ARAUJO, Rodolfo de Medeiros. **Manual – Direito Ambiental**. 1ª Edição. 2012. Editora Edijur: Leme/SP.

dano, a indenização de impõe, e neste caso, não se admite sequer a excludente da força maior”.

Nesse sentido também dispõe a obra de Luis Paulo Sirvinskaskas⁹, que o direito ambiental adota a teoria do risco integral, motivo pelo qual toda empresa que possui riscos inerentes à sua atividade deve assumir o dever de indenizar por eventuais danos decorrentes de sua atividade causados a terceiros.

Portanto, tendo em vista que é notório que a atividade exercida pela PETROBRAS é uma atividade de risco, compete a ela tomar as medidas preventivas cabíveis e, na hipótese de causar algum dano, ser responsabilizada por ele.

⁹ Cf. SIRVINSKAS, Luis Paulo. **Manual de Direito Ambiental**. 11ª Edição. 2013. Editora Saraiva: São Paulo

Capítulo 8 – Da Inexistência de Excludentes

Tendo em vista se tratar de responsabilidade civil objetiva, não se admite qualquer hipótese que possa eximir o causador do dano da responsabilidade sobre ele, como se verá a seguir.

Segundo Luiz Paulo Sirvinskaskas¹, força maior é todo fato decorrente da natureza sem que, direta ou indiretamente, tenha ocorrido a intervenção humana.

No caso de dano ambiental, a força maior não afasta a responsabilidade por danos causados ao meio ambiente.

Outro fator diz respeito ao caso fortuito, o qual se refere a obra do caso, ou seja a um imprevisto, o qual também não afasta a responsabilidade por dano ambiental.

E, por fim, o fato de terceiro que é aquele causado por pessoa adversa daquela que efetivamente deverá arcar com o dano causado ao meio ambiente.

Por exemplo, na hipótese do vazamento de óleo no rio ter sido causado pela imprudência ou negligência de funcionário da empresa, a mesma será responsabilizada pelo dano causado, podendo, posteriormente, acionar regressivamente o terceiro causador do dano.

Na situação ora apresentada, a PETROBRAS, alega caracterizada a excludente de responsabilidade, em virtude de força maior, no entanto, sua argumentação não merece prosperar, uma vez que, conforme já exposto, no direito

¹ Cf. SIRVINSKASKAS, Luis Paulo. **Manual de Direito Ambiental**. 11ª Edição. 2013. Editora Saraiva: São Paulo

ambiental não se admite excludente de responsabilidade, tendo em vista a aplicação da responsabilidade objetiva.

Nesse sentido, decidiu o E. Superior Tribunal de Justiça:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RESERVA FLORESTAL. NOVO PROPRIETÁRIO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA.

1. A responsabilidade por eventual dano ambiental ocorrido em reserva florestal legal é objetiva, devendo o proprietário das terras onde se situa tal faixa territorial, ao tempo em que conclamado para cumprir obrigação de reparação ambiental e restauração da cobertura vegetal, responder por ela. (REsp 263383 / PR, Rel Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, STJ, 16/06/2005)²

No mesmo sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VAZAMENTO DE OLEODUTO. INDENIZAÇÃO. CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA. ELEMENTOS DOCUMENTAIS SUFICIENTES. LEGITIMIDADE ATIVA DO PESCADOR ARTESANAL. DANO AMBIENTAL. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. PRINCÍPIO DO POLUIDOR-PAGADOR. MATÉRIAS DECIDIDAS PELA SEGUNDA SEÇÃO. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. REVISÃO. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. "Não configura cerceamento de defesa o julgamento antecipado da lide (CPC, art. 330, I e II) de processo de ação de indenização por danos materiais e morais, movida por pescador profissional artesanal contra a Petrobrás, decorrente de impossibilidade de exercício da profissão, em virtude de poluição ambiental causada por derramamento de nafta devido a avaria do Navio 'N-T Norma', a 18.10.2001, no Porto de Paranaguá, pelo período em que suspensa a pesca pelo IBAMA" (REsp 1.114.398/PR, Rel. Ministro Sidnei Beneti, Segunda Seção, julgado em 8/2/2012, DJe 16/2/2012).

2. Extrai-se, ainda, do mesmo voto que "O dano ambiental, cujas consequências se propagam ao lesado, é, por expressa previsão

²BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça.** Disponível em <https://ww2.stj.jus.br/processo/revistaeletronica/inteiroteor?num_registro=200000594008&d_ata=22/8/2005>. Acesso em 05/10/2013, 14:00:00

legal, de responsabilidade objetiva, impondo-se ao poluidor o dever de indenizar.³

Portanto a PETROBRAS é absolutamente responsável por danos advindos da sua atividade, mesmo que não tenha agido com culpa.

³BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça.** Disponível em <<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=dano+ambiental&&b=ACOR&p=true&t=JURIDICO&l=10&i=10>> Acesso em 05/10/2013, 14:15:10

Capítulo 9 – Dos danos morais

O acórdão ora analisado envolve também a questão de cabimento de danos morais nas hipóteses de danos ambientais.

Segundo Celso Antonio Pacheco Fiorillo¹:

a alteração na Lei de Ação Civil Publica (Lei n. 7.247/85) trazida pelo art. 88 da Lei Antitruste (Lei n. 8884/94), que deixou expressa essa circunstância quanto aos danos difusos e coletivos, que são indenizáveis, que sejam patrimoniais, que sejam morais, permitida a sua cumulação.

Nesse sentido:

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - DANOS MATERIAIS E MORAIS A PÊSCADORES CAUSADOS POR POLUIÇÃO AMBIENTAL POR VAZAMENTO DE NAFTA, EM DECORRÊNCIA DE COLISÃO DO NAVIO N-T NORMA NO PORTO DE PARANAGUÁ - 1) PROCESSOS DIVERSOS DECORRENTES DO MESMO FATO, POSSIBILIDADE DE TRATAMENTO COMO RECURSO REPETITIVO DE TEMAS DESTACADOS PELO PRESIDENTE DO TRIBUNAL, À CONVENIÊNCIA DE FORNECIMENTO DE ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL UNIFORME SOBRE CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DO FATO, QUANTO A MATÉRIAS REPETITIVAS; 2) TEMAS: a) CERCEAMENTO DE DEFESA INEXISTENTE NO JULGAMENTO ANTECIPADO, ANTE OS ELEMENTOS DOCUMENTAIS SUFICIENTES; b) LEGITIMIDADE DE PARTE DA PROPRIETÁRIA DO NAVIO TRANSPORTADOR DE CARGA PERIGOSA, DEVIDO A RESPONSABILIDADE OBJETIVA. PRINCÍPIO DO POLUIDOR-PAGADOR; c) INADMISSÍVEL A EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADE POR FATO DE TERCEIRO; d) DANOS MORAL E MATERIAL CARACTERIZADOS; e) JUROS MORATÓRIOS: INCIDÊNCIA A PARTIR DA DATA DO EVENTO DANOSO - SÚMULA 54/STJ; f) SUCUMBÊNCIA. 3) IMPROVIMENTO DO RECURSO, COM OBSERVAÇÃO.

(...)

¹Cf. FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 10^a Edição. 2009. Editora Saraiva: São Paulo.

c) Inviabilidade de alegação de culpa exclusiva de terceiro, ante a responsabilidade objetiva.- A alegação de culpa exclusiva de terceiro pelo acidente em causa, como excludente de responsabilidade, deve ser afastada, ante a incidência da teoria do risco integral e da responsabilidade objetiva ínsita ao dano ambiental (art. 225, § 3º, da CF e do art. 14, § 1º, da Lei nº 6.938/81), responsabilizando o degradador em decorrência do princípio do poluidor-pagador. d) Configuração de dano moral.- Patente o sofrimento intenso de pescador profissional artesanal, causado pela privação das condições de trabalho, em consequência do dano ambiental, é também devida a indenização por dano moral, fixada, por equidade, em valor equivalente a um salário-mínimo. (REsp 1114398 / PR, Rel. Min. SIDNEI BENETI, STJ, 08/02/2012)²

Assim, resta evidente que a condenação da PETROBRAS por danos morais foi acertada, tendo em vista que o vazamento de óleo, causou a mortandade da fauna aquática local, tornando-se assim, inviável que Odair José do Nascimento Dias, ora autor, continuasse a exercer sua atividade da pesca, utilizada para sua subsistência, vez que o mesmo fora privado das suas condições de trabalho.

Ademais, a angustia e aflição gerados ao pescador, tendo em vista a incerteza do reestabelecimento de sua atividade profissional, bem como da sobrevivência de sua família, constituem elementos caracterizadores do dano moral.

Deste modo, conclui-se, que é completamente cabível indenização por danos ambientais de efeitos extrapatrimoniais.

² BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça.** Disponível em <<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=REsp+1114398+&&b=ACOR&p=true&t=JURIDICO&l=10&i=22>> Acesso em 05/10/2013, 17:35:00

Considerações Finais

O presente exercício monográfico teve por objetivo apresentar uma situação fática e a partir dela dissertar sobre os conceitos envolvidos e analisar se a decisão proferida no acórdão objeto deste trabalho foi acertada ou não.

Conforme visto, as atividades humanas causam naturalmente certo impacto no meio ambiente, portanto, a função do Direito Ambiental é estabelecer um equilíbrio entre as atividades do homem e a preservação do Meio Ambiente.

Ademais, podemos observar que essas atividades humanas tem aumentado cada vez mais o seu impacto sobre o meio ambiente, em especial pelas grandes empresas, prejudicando a existência de recursos naturais.

Por essa razão, nos dias de hoje, tem-se aumentado a preocupação na preservação do meio ambiente, bem como as campanhas de conscientização, utilizando para tanto, inclusive, de certificações para empresas que agem de acordo com a legislação ambiental.

O presente trabalho abordou também o aspecto da responsabilização pelo dano causado.

No Direito Ambiental, diante da dificuldade em precisar a culpa, é aplicada a teoria da responsabilidade objetiva, ou seja, o agente causador do dano deve arcar com o prejuízo causado independentemente de culpa ou não.

No caso de empresas, mesmo que ela exerça uma atividade lícita, como é o caso da PETROBRAS, se sua atividade possuir manifesto risco ao meio ambiente ela deverá assumir os riscos dela advindos, aplica-se aqui a teoria do risco integral

A PETROBRAS alega que o vazamento de óleo foi ocasionado por uma força maior, motivo pelo qual, em seu entendimento não deve ser responsabilizada por referido dano, uma vez que não foi culpada por ele.

No entanto, conforme visto, não existem excludentes de responsabilidade no direito ambiental.

Portanto, restou comprovado que a decisão proferida pelo Relator Ministro Luis Felipe Salomão, no acórdão trazido para análise neste trabalho, foi formulada de maneira correta, não merecendo prosperar os argumentos defendidos pela PETROBRAS, que não deve ser responsabilizada pelo dano ambiental causado em decorrência de sua atividade.

Referências Bibliográficas

ARAUJO, Rodolfo de Medeiros. **Manual – Direito Ambiental**. 1^a Edição. 2012. Editora Edijur: Leme/SP.

BRASIL. **Constituição de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. **Lei nº 10.406 de 2002**. Código Civil.

BRASIL. **Lei nº 6.938/81**. Política Nacional do Meio Ambiente.

BRASIL. **Lei nº 9966/2000**.

BRASIL. **Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA de nº 315/2002**.

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça**. Disponível em http://www.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?newsession=yes&tipo_visualizacao=RES_UMO&b=ACOR&livre=AgRg%20no%20AREsp%20238427. Acesso em 07/06/2013, 09:02:35.

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça**. Disponível em http://www.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?newsession=yes&tipo_visualizacao=RES_UMO&b=ACOR&livre=AgRg%20no%20AREsp%20258263. Acesso em 07/06/2013, 09:06:42.

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça**. Disponível em <http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=AgRg+no+AREsp+71324&&b=ACOR&p=true&t=&l=10&i=2>. Acesso em 07/06/2013, 09:10:03.

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça**. Disponível em <http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=REsp+673765&&b=ACOR&p=true&t=&l=10&i=6>. Acesso em 07/06/2013, 09:15:14.

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça.** Disponível em <<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=poluidor+pagador&&b=ACOR&p=true&t=JURIDICO&l=10&i=13>>. Acesso em 15/09/2013, 15:35:00.

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça.** Disponível em <https://ww2.stj.jus.br/processo/revistaeletronica/inteiroteor?num_registro=200000594008&data=22/8/2005>. Acesso em 05/10/2013, 14:00:00.

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça.** Disponível em <<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=dano+ambiental&&b=ACOR&p=true&t=JURIDICO&l=10&i=10>>. Acesso em 05/10/2013, 14:15:10.

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça.** Disponível em <<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=REsp+1114398+&&b=ACOR&p=true&t=JURIDICO&l=10&i=22>>. Acesso em 05/10/2013, 17:35:00.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro.** 10^a Edição. 2009. Editora Saraiva: São Paulo.

GRANZIERA, Maria Luiza Machado. **Direito Ambiental.** 2^a Edição. 2011. Editora Atlas: São Paulo.

LEMONS, Patrícia Faga Iglecias. **Direito Ambiental- Responsabilidade Civil e proteção ao meio ambiente.** 2010. Editora Revistas dos Tribunais: São Paulo

MARQUES, José Roberto. **Lições Preliminares de Direito Ambiental.** 1^o Edição. 2010. Editora Verbatim: São Paulo.

MILARÉ, EDIS. **Direito do Ambiente.** 2000. Editora RT: São Paulo

SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional.** 9^a Edição. 2009. Editora Malheiros: São Paulo.

SIRVINSKAS, Luis Paulo. **Manual de Direito Ambiental**. 11ª Edição. 2013. Editora Saraiva: São Paulo.

Anexo

RECURSO ESPECIAL Nº 1.346.430 - PR (2011/0223079-7)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
RECORRENTE : PETRÓLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS
ADVOGADO : ANANIAS CEZAR TEIXEIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO : ODAIR JOSÉ DO NASCIMENTO DIAS
ADVOGADOS : SAULO BONAT DE MELLO E OUTRO(S)
FABIANO NEVES MACIEYWSKI
SANDALO BUENO DO NASCIMENTO FILHO E OUTRO(S)
FERNANDO MURILO COSTA GARCIA

EMENTA

RESPONSABILIDADE CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. DANO AMBIENTAL. ROMPIMENTO DO POLIDUTO "OLAPA". POLUIÇÃO DE ÁGUAS. PESCADOR ARTESANAL. PROIBIÇÃO DA PESCA IMPOSTA POR ÓRGÃOS AMBIENTAIS. TEORIA DO RISCO INTEGRAL. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA PETROBRAS. DANOS EXTRAPATRIMONIAIS CONFIGURADOS. PROIBIÇÃO DA ATIVIDADE PESQUEIRA. PESCADOR ARTESANAL IMPEDIDO DE EXERCER SUA ATIVIDADE ECONÔMICA. APLICABILIDADE, AO CASO, DAS TESES DE DIREITO FIRMADAS NO RESP 1.114.398/PR (JULGADO PELO RITO DO ART. 543-C DO CPC). *QUANTUM* COMPENSATÓRIO. RAZOÁVEL, TENDO EM VISTA AS PARTICULARIDADES DO CASO.

1. No caso, configurou-se a responsabilidade objetiva da PETROBRAS, convicção formada pelas instâncias ordinárias com base no acervo fático-documental constante dos autos, que foram analisados à luz do disposto no art. 225, § 3º, da Constituição Federal e no art. 14, § 1º, da Lei n. 6.938/1981.

2. A Segunda Seção do STJ, no julgamento do REsp 1.114.398/PR, da relatoria do senhor Ministro Sidnei Beneti, sob o rito do art. 543-C do CPC, reconheceu a responsabilidade objetiva da PETROBRAS em acidentes semelhantes e caracterizadores de dano ambiental, responsabilizando-se o degradador em decorrência do princípio do poluidor-pagador, não cabendo, demonstrado o nexo de causalidade, a aplicação de excludente de responsabilidade.

3. Configura dano moral a privação das condições de trabalho em consequência de dano ambiental - fato por si só incontroverso quanto ao prolongado ócio indesejado imposto pelo acidente, sofrimento, à angústia e à aflição gerados ao pescador, que se viu impossibilitado de pescar e imerso em incerteza quanto à viabilidade futura de sua atividade profissional e manutenção própria e de sua família.

4. Recurso especial não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, os Ministros da QUARTA TURMA do Superior Tribunal de Justiça acordam, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por maioria, negar provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Senhor Ministro Relator. Vencido, em parte, o Sr. Ministro Raul Araújo Filho, no tocante ao valor da indenização. Os Srs. Ministros Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira e Marco Buzzi votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 18 de outubro de 2012(Data do Julgamento)

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator

RECURSO ESPECIAL Nº 1.346.430 - PR (2011/0223079-7)

RECORRENTE : PETRÓLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS
ADVOGADO : ANANIAS CEZAR TEIXEIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO : ODAIR JOSÉ DO NASCIMENTO DIAS
ADVOGADO : SAULO BONAT DE MELLO E OUTRO(S)

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO (Relator):

1. Odair José do Nascimento ajuizou ação de indenização em face da Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS. Narra ser pescador artesanal, prejudicado por vazamento de óleo combustível ocasionado pelo rompimento, em 16 de fevereiro de 2001, do poliduto "Olapa", de propriedade da ré. Afirma que a requerida reconhece que houve vazamento de 48.500 litros de óleo e que, por decorrência de chuvas torrenciais, ocorreu rompimento das barreiras de contenção instaladas pela demandada, tomando o acidente graves proporções. Acena que o vazamento de óleo resultou na mortandade da fauna aquática e na imediata proibição, imposta pelo Instituto Ambiental do Paraná e IBAMA, à pesca nos rios e baías de Antonina e Paranaguá, perdurando a proibição por mais de seis meses. Aduz que a responsabilidade civil por dano ecológico é objetiva, tendo como pressuposto apenas o evento danoso e o nexo de causalidade. Sustenta ter sofrido danos de ordem moral e material, pois seu sustento advinha da pesca, tendo também ocorrido queda na produção, relativa à atividade extrativa, assim como retração do mercado consumidor.

O Juízo da Vara Cível da Comarca de Antonina - PR julgou parcialmente procedentes os pedidos formulados na inicial, mas o Tribunal de Justiça do Paraná deu provimento ao recurso da ré para anular a sentença, reconhecendo cerceamento de defesa (fls. 213-231).

Foi prolatada nova sentença julgando parcialmente procedentes os pedidos formulados na exordial para condenar a ré ao pagamento de: a) R\$ 3.624,00 (três mil seiscentos e vinte e quatro reais), a título de lucros cessantes, estabelecendo que dessa verba deverá ser abatido todos os valores eventualmente recebidos pelo autor, tendo em vista acordo anteriormente firmado pelas partes; b) R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), a título de danos morais; c) custas processuais e honorários advocatícios, no percentual de 15% obre o valor da condenação. (fls. 265-273)

Superior Tribunal de Justiça

Opostos embargos de declaração pela ré, foram rejeitados. (fls. 290 e 291)

Interpôs a requerida apelação para o Tribunal de Justiça do Paraná, que deu parcial provimento ao recurso para: a) determinar que a condenação por danos materiais fique limitada ao período de proibição da pesca, no valor de um salário mínimo, em vigor no período de restrição da pesca; b) abater do quantum indenizatório o defeso, caso recebido pelo pescador; c) redistribuir as verbas sucumbenciais entre as partes, na razão de 1/3 para o autor e 2/3 para a ré. (fls. 345-363)

O acórdão tem a seguinte ementa:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ROMPIMENTO DE POLIDUTO. INTERDIÇÃO DA ATIVIDADE PESQUEIRA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. EXCLUDENTE DE FORÇA MAIOR. NÃO CONFIGURAÇÃO. DANOS MATERIAIS E MORAIS. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. AGRAVO RETIDO DESPROVIDO. APELO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

Independente da teoria aplicável, é objetiva a responsabilidade da ré, seja em face da sua qualidade, seja por se tratar de dano ambiental.

O deslizamento de terras de molde a romper poliduto não caracteriza força maior, porquanto se trata de fato previsível, sendo possível, no mínimo, evitar suas consequências danosas. Ademais está inserido no risco advindo da natureza da atividade da ré.

São devidos lucros cessantes no período de proibição da pesca, haja vista ser inequívoca a impossibilidade da autora exercer a sua profissão, impondo-se a dedução, todavia, de eventuais valores por ela recebidos a título do denominado "defeso".

Em razão da falta de prova segura de prejuízo e ser vedada qualquer presunção nessa temática, não é devida qualquer verba a esse título para período posterior à proibição da pesca.

A impossibilidade de exercer a profissão importa em danos morais, advindos da angústia relativa à subsistência própria e a da sua família.

A indenização por danos morais deve ser fixada em valor condizente com as circunstâncias do caso concreto. Juros e correção monetária contados da sentença.

Como a autora decaiu de parte significativa do pedido, a sucumbência foi recíproca, mas não em parte iguais.

Inconformados com a decisão colegiada, interpuseram as partes recursos especiais, ambos com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, não tendo sido admitido o recurso da ré PETROBRAS e determinado o sobrestamento do recurso interposto pelo autor, tendo em vista a decisão do Ministro Sidnei Beneti no REsp 1.114.398/PR, determinando a suspensão dos feitos em que se discuta questão relativa ao termo inicial dos juros moratórios para reparação a título de danos morais.

No recurso especial inadmitido, sustenta a recorrente PETROBRAS divergência jurisprudencial e violação aos artigos 125, 130, 330 do Código de Processo

Superior Tribunal de Justiça

Civil e 393 do Código Civil.

Alega que: a) houve cerceamento de defesa; b) não foi demonstrado que o recorrido sofreu prejuízo decorrente do acidente; c) este decorreu de fato da natureza, causado por deslizamento abrupto de grande massa de terreno contíguo, que exerceu força de tração irresistível sobre o oleoduto, causando-lhe o rompimento - ficando caracterizada excludente de responsabilidade; d) não há falar em dano moral; e) subsidiariamente, o *quantum* arbitrado a esse título, no valor de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), mostra-se exorbitante, pois há precedentes do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, em casos análogos, um deles fixando a indenização em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) e os demais em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais); f) o Tribunal de origem não observa que são mais de 5.000 ações em trâmite, de modo que, aplicando os encargos moratórios, as reparações podem suplantar o valor de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) .

Neguei provimento ao agravo em recurso especial 95.453-PR, manejado pela PETROBRAS, reconsiderando essa decisão (fls. 614 e 615) para determinar a conversão daquele recurso no presente recurso especial.

O recorrido apresenta petição colacionando documentos aos autos, informando que outros 3.000 (três mil) pescadores já receberam suas verbas indenizatórias, não cabendo ao STJ a revisão do *quantum* indenizatório, sob pena de se transformar em terceira instância.

É o relatório.

RECURSO ESPECIAL Nº 1.346.430 - PR (2011/0223079-7)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
RECORRENTE : PETRÓLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS
ADVOGADO : ANANIAS CEZAR TEIXEIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO : ODAIR JOSÉ DO NASCIMENTO DIAS
ADVOGADO : SAULO BONAT DE MELLO E OUTRO(S)

EMENTA

RESPONSABILIDADE CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. DANO AMBIENTAL. ROMPIMENTO DO POLIDUTO "OLAPA". POLUIÇÃO DE ÁGUAS. PESCADOR ARTESANAL. PROIBIÇÃO DA PESCA IMPOSTA POR ÓRGÃOS AMBIENTAIS. TEORIA DO RISCO INTEGRAL. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA PETROBRAS. DANOS EXTRAPATRIMONIAIS CONFIGURADOS. PROIBIÇÃO DA ATIVIDADE PESQUEIRA. PESCADOR ARTESANAL IMPEDIDO DE EXERCER SUA ATIVIDADE ECONÔMICA. APLICABILIDADE, AO CASO, DAS TESES DE DIREITO FIRMADAS NO RESP 1.114.398/PR (JULGADO PELO RITO DO ART. 543-C DO CPC). *QUANTUM* COMPENSATÓRIO. RAZOÁVEL, TENDO EM VISTA AS PARTICULARIDADES DO CASO.

1. No caso, configurou-se a responsabilidade objetiva da PETROBRAS, convicção formada pelas instâncias ordinárias com base no acervo fático-documental constante dos autos, que foram analisados à luz do disposto no art. 225, § 3º, da Constituição Federal e no art. 14, § 1º, da Lei n. 6.938/1981.

2. A Segunda Seção do STJ, no julgamento do REsp 1.114.398/PR, da relatoria do senhor Ministro Sidnei Beneti, sob o rito do art. 543-C do CPC, reconheceu a responsabilidade objetiva da PETROBRAS em acidentes semelhantes e caracterizadores de dano ambiental, responsabilizando-se o degradador em decorrência do princípio do poluidor-pagador, não cabendo, demonstrado o nexo de causalidade, a aplicação de excludente de responsabilidade.

3. Configura dano moral a privação das condições de trabalho em consequência de dano ambiental - fato por si só incontroverso quanto ao prolongado ócio indesejado imposto pelo acidente, sofrimento, à angústia e à aflição gerados ao pescador, que se viu impossibilitado de pescar e imerso em incerteza quanto à viabilidade futura de sua atividade profissional e manutenção própria e de sua família.

4. Recurso especial não provido.

VOTO

O SENHOR MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO (Relator):

2. A primeira questão controvertida a ser apreciada consiste em saber se, por se tratar de acidente em que se alega decorrente de fato da natureza - causado por deslizamento abrupto de grande massa de terreno contíguo, que exerceu força de tração irresistível sobre o oleoduto, causando-lhe o rompimento -, não há obrigação de reparação dos danos.

Nesse passo, Annelise Monteiro Steigleder leciona, com menção à doutrina de nomeada que, conforme disposto no artigo 14, § 1º, da Lei 6.938/81, a responsabilidade por dano ambiental é objetiva, informada pela teoria do risco integral, tendo por pressuposto a existência de atividade que implique riscos para a saúde e para o meio ambiente, sendo o nexos de causalidade "o fator aglutinante que permite que o risco se integre na unidade do ato que é fonte da obrigação de indenizar", de modo que, aquele que explora a "atividade econômica coloca-se na posição de garantidor da preservação ambiental, e os danos que digam respeito à atividade estarão sempre vinculados a ela", por isso descabe a invocação, pelo responsável pelo dano ambiental, de excludentes de responsabilidade civil:

A responsabilidade pelo dano ambiental é objetiva, conforme previsto no art. 14, § 1º, da Lei 6.938/81, recepcionado pelo art. 225, §§ 2º, e 3º, da CF/88, e tem como pressuposto a existência de uma atividade que implique em riscos para a saúde e para o meio ambiente, impondo-se ao empreendedor a obrigação de prevenir tais riscos (princípio da prevenção) e de internizá-los em seu processo produtivo (princípio do poluidor-pagador). Pressupõe, ainda, o dano ou risco de dano e o nexos de causalidade entre a atividade e o resultado, efetivo ou potencial.

O nexos de causalidade é o fator aglutinante que permite que o risco se integre na unidade do ato que é fonte da obrigação de indenizar. É um elemento objetivo, pois alude a um vínculo externo entre o dano e o fato da pessoa ou da coisa.

Enquanto que na responsabilidade civil subjetiva a imputação do dano irá ligar-se à idéia de previsibilidade, na responsabilidade objetiva, o requisito da previsibilidade não existe, sendo que o critério de imputação do dano ao agente se amplia, quase aproximando-se de um enfoque puramente material, de tal modo que, com a prova de que a ação ou omissão foi a causa do dano, a imputação é quase automática. O ordenamento supõe que todo aquele que se entrega a atividades gravadas com responsabilidade objetiva deve fazer um juízo de previsão pelo simples fato de dedicar-se a elas, aceitando com isso as consequências danosas que lhe são inerentes.

O explorador da atividade econômica coloca-se na posição de garantidor da preservação ambiental, e os danos que digam respeito à atividade estarão sempre vinculados a ela. Não se investiga ação, conduta do

poluidor/predador, pois o risco a ela substitui-se.

O nexo de causalidade é o pressuposto onde se concentram os maiores problemas relativos à responsabilização civil pelo dano ambiental, pois o dano pode ser resultado de várias causas concorrentes, simultâneas e sucessivas, dificilmente tendo uma única e linear fonte.

[...]

A teoria do risco integral originalmente legitimou a responsabilidade objetiva e proclama a reparação do dano mesmo involuntário, responsabilizando-se o agente por todo ato do qual fosse a causa material, excetuando-se apenas os fatos exteriores ao homem. Trata-se nas palavras de Caio Mário da Silva Pereira, "de uma tese puramente negativista. Não cogita de indagar como ou porque ocorreu o dano. É suficiente apurar se houve o dano, vinculado a um fato qualquer, para assegurar à vítima uma indenização". Comentando esta teoria, Lucarelli refere que "a indenização é devida somente pelo fato de existir a atividade da qual adveio o prejuízo, independentemente da análise da subjetividade do agente, sendo possível responsabilizar todos aqueles aos quais possa, de alguma maneira, ser imputado o prejuízo. Esse posicionamento não admite excludentes de responsabilidade, tais como o caso fortuito, a força maior, a ação de terceiros ou da própria vítima", posto que tais acontecimentos são considerados "condições" do evento.

A adoção desta teoria é justificada pelo âmbito de proteção outorgado pelo art. 225, *caput*, da CF de 1988, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, podendo-se vislumbrar a instituição de uma verdadeira obrigação de incolumidade sobre os bens ambientais. Trata-se de entendimento defendido por Antônio Herman Benjamin, Jorge Nunes Athias, Sérgio Cavaleri Filho, Édis Milaré, Nelson Nery Jr., José Afonso da Silva, Sérgio Ferraz. (MILARÉ, Édis; MACHADO, Paulo Affonso Leme (Orgs.). **Doutrinas Essenciais de Direito Ambiental: responsabilidade em matéria ambiental**. São Paulo: Revista dos Tribunais, vol. v, 2011, ps. 43-48)

Nesse diapasão, menciona-se precedente do STJ, referente ao REsp 1.114.398/PR, julgado no procedimento dos Recursos Repetitivos (CPC, art. 543-C e Resolução STJ 08/08):

ACÇÃO DE INDENIZAÇÃO - DANOS MATERIAIS E MORAIS A PESCADORES CAUSADOS POR POLUIÇÃO AMBIENTAL POR VAZAMENTO DE NAFTA, EM DECORRÊNCIA DE COLISÃO DO NAVIO N-T NORMA NO PORTO DE PARANAGUÁ - 1) PROCESSOS DIVERSOS DECORRENTES DO MESMO FATO, POSSIBILIDADE DE TRATAMENTO COMO RECURSO REPETITIVO DE TEMAS DESTACADOS PELO PRESIDENTE DO TRIBUNAL, À CONVENIÊNCIA DE FORNECIMENTO DE ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL UNIFORME SOBRE CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DO FATO, QUANTO A MATÉRIAS REPETITIVAS; 2) TEMAS: a) CERCEAMENTO DE DEFESA INEXISTENTE NO JULGAMENTO ANTECIPADO, ANTE OS ELEMENTOS DOCUMENTAIS SUFICIENTES; b) LEGITIMIDADE DE PARTE DA PROPRIETÁRIA DO NAVIO TRANSPORTADOR DE CARGA PERIGOSA, DEVIDO A RESPONSABILIDADE OBJETIVA. PRINCÍPIO DO POLUIDOR-PAGADOR; c) INADMISSÍVEL A EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADE POR FATO DE TERCEIRO; d) DANOS MORAL E MATERIAL CARACTERIZADOS; e) JUROS MORATÓRIOS: INCIDÊNCIA A PARTIR DA DATA DO EVENTO DANOSO - SÚMULA 54/STJ; f) SUCUMBÊNCIA. 3) IMPROVIMENTO DO RECURSO, COM OBSERVAÇÃO.

[...]

c) Inviabilidade de alegação de culpa exclusiva de terceiro, ante a responsabilidade objetiva.- A alegação de culpa exclusiva de terceiro pelo acidente em causa, como excludente de responsabilidade, deve ser afastada, ante a incidência da teoria do risco integral e da responsabilidade objetiva ínsita ao dano ambiental (art. 225, § 3º, da CF e do art. 14, § 1º, da Lei nº 6.938/81), responsabilizando o degradador em decorrência do princípio do poluidor-pagador.

[...]

3.- Recurso Especial improvido, com observação de que julgamento das teses ora firmadas visa a equalizar especificamente o julgamento das ações de indenização efetivamente movidas diante do acidente ocorrido com o Navio N-T Norma, no Porto de Paranaguá, no dia 18.10.2001, mas, naquilo que encerram teses gerais, aplicáveis a consequências de danos ambientais causados em outros acidentes semelhantes, serão, como natural, evidentemente considerados nos julgamentos a se realizarem.

(REsp 1114398/PR, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 08/02/2012, DJe 16/02/2012)

Nesse mencionado precedente, relatado pelo Ministro Sidnei Beneti, Sua Excelência dispôs:

Incide no caso a teoria do risco integral, vindo daí o caráter objetivo da responsabilidade.

Ademais, jamais poderia ser aceita a excludente de responsabilidade por culpa de terceiro, sustentada com base na alegação de que a manobra causadora do acidente teria sido provocada pelo fato de deslocamento de bóia de sinalização.

O dano ambiental, cujas conseqüências se propagaram ao lesado (assim como aos demais lesados), é, por expressa previsão legal, de responsabilidade objetiva (art. 225, § 3º, da CF e do art. 14, § 1º, da Lei nº 6.938/81), impondo-se, pois, ao poluidor, indenizar, para, posteriormente, ir cobrar de terceiro que porventura sustente ter responsabilidade pelo fato.

Assim sendo, descabida a alegação da ocorrência de caso fortuito, como excludente de responsabilidade.

[...]

Incide o princípio do poluidor-pagador, já destacado em julgado desta Corte (REsp 769.753/SC, 2ª T., j. 8.9.2009, Rel. Min. HERMANN BENJAMIM), de que se extrai:

"(...)11. Pacífica a jurisprudência do STJ de que, nos termos do art. 14, § 1º, da Lei 6.938/1981, o degradador, em decorrência do princípio do poluidor-pagador, previsto no art. 4º, VII (primeira parte), do mesmo estatuto, é obrigado, independentemente da existência de culpa, a reparar - por óbvio que às suas expensas - todos os danos que cause ao meio ambiente e a terceiros afetados por sua atividade, sendo prescindível perquirir acerca do elemento subjetivo, o que, conseqüentemente, torna irrelevante eventual boa ou má-fé para fins de acerto da natureza, conteúdo e extensão dos deveres de restauração do status quo ante ecológico e de indenização".

3. Por outro lado, é inviável a apreciação das teses de que: a) houve cerceamento de defesa; b) não foi demonstrado que o recorrido sofreu prejuízo; c) não há falar em dano moral.

De fato, o acórdão recorrido dispôs:

A ré invoca *força maior* para tentar afastar o seu dever de indenizar os danos advindos do infeliz evento. E, abstraindo-se de qualquer consideração acerca da teoria aplicável, deslizamento de terra, via de regra, não ocorre por acaso e tampouco de forma repentina. Certamente se deve a excesso de chuvas ou a outra causa da natureza ou mesmo à ação do homem, fatos totalmente previsíveis, daí porque se impunha à requerida a adoção de medidas preventivas para evitar o rompimento do oleoduto.

[...]

De qualquer sorte, a ré sequer explicou por que esse deslizamento seria imprevisível ou inevitável, tanto que, em outros feitos, alude vagamente para um tremor de terra ocorrido no Chile.

Ademais, em matéria ambiental, é cediço que quem cria a situação de risco em razão de sua atividade, responde pelos danos, haja vista a alta lesividade de prejuízos dessa espécie.

É incontestável, portanto, a sua responsabilidade, até mesmo em face de sua reação após o evento, comprometendo-se a envidar esforços para reparar os danos, assim como pelas penalidades a ela aplicadas no âmbito administrativo.

[...]

A partir do momento que se tem como comprovado que a autora exercia a atividade pesqueira - fato incontroverso em razão dos fundamentos do apelo - e sendo indiscutível a interdição da pesca em grande parte do litoral paranaense por seis meses em razão do acidente, é inquestionável a existência de dano material. Ora, sob pena de flagrante desvirtuamento da realidade, é impossível negar a existência de prejuízo para quem fica impossibilitado, pro seis meses, de exercer a sua profissão.

Além disso, por conta das características da atividade pesqueira, exercida de forma autônoma e sendo notória se tratar, se não a única, da principal fonte de sustento da população ribeirinha, é certa também a existência de danos morais, os quais derivam da angústia do pescador quanto ao seu sustento e o da sua família.

[...]

É bom lembrar, por fim, que a autora não alegou cerceamento de defesa. Consequentemente, tampouco é possível anular a sentença ou mesmo determinar a existência e a extensão do dano em liquidação de sentença.

Já em relação ao dano moral, a sua existência é inequívoca e decorre, como já ressaltado, do sofrimento derivado da falta de condições de subsistência, seja do pescador, seja de sua família, bem assim da angústia derivada da longa ociosidade.

Quanto ao valor, este Colegiado concluiu como razoável fixar todas as indenização em R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), sempre com atualização a partir da respectiva sentença, por reputar aludido valor como adequado e proporcional à realidade do caso concreto, especialmente face à elevada intensidade do dano...

Com efeito, como fica evidente da transcrição do acórdão recorrido, é nítido que a decisão tomada pelo Tribunal de origem decorreu de fundamentada convicção amparada na análise dos elementos existentes nos autos, de modo que a eventual revisão da decisão recorrida, nesses mencionados pontos, esbarraria no óbice intransponível imposto pela Súmula 7 desta Corte, pois exigiria reexame de provas.

Ademais, no supracitado REsp 1.114.398/PR, julgado no procedimento dos Recursos Repetitivos (CPC, art. 543-C e Resolução STJ 08/08), foi consignado ser patente o sofrimento intenso de pescador profissional artesanal, causado pela privação das condições de trabalho, em consequência do dano ambiental, sendo devida compensação por dano moral, fixada, por equidade:

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - DANOS MATERIAIS E MORAIS A PESCADORES CAUSADOS POR POLUIÇÃO AMBIENTAL POR VAZAMENTO DE NAFTA, EM DECORRÊNCIA DE COLISÃO DO NAVIO N-T NORMA NO PORTO DE PARANAGUÁ - 1) PROCESSOS DIVERSOS DECORRENTES DO MESMO FATO, POSSIBILIDADE DE TRATAMENTO COMO RECURSO REPETITIVO DE TEMAS DESTACADOS PELO PRESIDENTE DO TRIBUNAL, À CONVENIÊNCIA DE FORNECIMENTO DE ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL UNIFORME SOBRE CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DO FATO, QUANTO A MATÉRIAS REPETITIVAS; 2) TEMAS: a) CERCEAMENTO DE DEFESA INEXISTENTE NO JULGAMENTO ANTECIPADO, ANTE OS ELEMENTOS DOCUMENTAIS SUFICIENTES; b) LEGITIMIDADE DE PARTE DA PROPRIETÁRIA DO NAVIO TRANSPORTADOR DE CARGA PERIGOSA, DEVIDO A RESPONSABILIDADE OBJETIVA. PRINCÍPIO DO POLUIDOR-PAGADOR; c) INADMISSÍVEL A EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADE POR FATO DE TERCEIRO; d) DANOS MORAL E MATERIAL CARACTERIZADOS; e) JUROS MORATÓRIOS: INCIDÊNCIA A PARTIR DA DATA DO EVENTO DANOSO - SÚMULA 54/STJ; f) SUCUMBÊNCIA. 3) IMPROVIMENTO DO RECURSO, COM OBSERVAÇÃO.

1.- É admissível, no sistema dos Recursos Repetitivos (CPC, art. 543-C e Resolução STJ 08/08) definir, para vítimas do mesmo fato, em condições idênticas, teses jurídicas uniformes para as mesmas consequências jurídicas.

[...]

d) Configuração de dano moral.- Patente o sofrimento intenso de pescador profissional artesanal, causado pela privação das condições de trabalho, em consequência do dano ambiental, é também devida a indenização por dano moral, fixada, por equidade, em valor equivalente a um salário-mínimo.

[...]

3.- Recurso Especial improvido, com observação de que julgamento das teses ora firmadas visa a equalizar especificamente o julgamento das ações de indenização efetivamente movidas diante do acidente ocorrido com o Navio N-T Norma, no Porto de Paranaguá, no dia 18.10.2001, mas, naquilo que encerram teses gerais, aplicáveis a consequências de danos ambientais causados em outros acidentes semelhantes, serão, como natural, evidentemente considerados nos julgamentos a se realizarem.

(REsp 1114398/PR, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 08/02/2012, DJe 16/02/2012)

Nesse mencionado precedente, o relator, Ministro Sidnei Beneti, dispôs:

d) Dano moral.- Presente, sem dúvida, além do dano material, o dano moral, pois, como é assente na jurisprudência desta Corte, deve ser composto o dano moral se do acidente resulta sofrimento de monta para o lesado.

[...]

O sofrimento acentuado, diferente de mero incômodo, é verdadeiramente irrecusável, no caso de trabalhador profissional da pesca que resta, em virtude do fato, sem possibilidade de realização de seu trabalho.

4. A par disso, resta ser examinado se o *quantum* arbitrado, a título de danos morais, no valor de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais) mostra-se exorbitante.

Novamente invocando a doutrina de Annelise Monteiro Steigleder, mister realçar que, no caso da compensação de danos morais decorrentes de dano ambiental, a função preventiva essencial da responsabilidade civil é a eliminação de fatores capazes de produzir riscos intoleráveis, visto que a função punitiva cabe ao direito penal e ao direito administrativo, propugnando que os principais critérios para arbitramento da compensação devem ser a intensidade do risco criado e a gravidade do dano, devendo o juiz considerar o tempo durante o qual a degradação persistirá, avaliando se o dano é ou não reversível, sendo relevante analisar o grau de proteção jurídica atribuído ao bem ambiental lesado:

Veja-se que o art. 225, da CF, § 3º, atribui à responsabilidade civil a função de promover a reparação do dano. Em outras palavras: a função punitiva fica com o direito penal e com o direito administrativo sancionador. Nessa linha, Antônio Lindbergh Montenegro leciona:

Aos que alimentam o vezo da vingança e da punição, lembramos que as arremetidas contra os bens que compõem o patrimônio moral do homem o melhor desagravo é a condenação criminal do ofensor. Mais: as funções preventivas e repressivas próprias do Direito Penal são estranhas à responsabilidade civil, cujo animador é eliminar os prejuízos econômicos derivados do ato ilícito.

Da mesma forma, Humberto Theodoro Júnior assevera que:

A maior ou menor repercussão social, a maior ou menor intensidade do dolo ou da culpa, são dados completamente irrelevantes no plano da responsabilidade civil. O valor da indenização a ser proporcionada à vítima deve ser absolutamente desvinculado da gravidade do ato cometido, porque sua função não é punir, mas apenas ressarcir. Desde que o Estado isolou a responsabilidade penal da responsabilidade civil, para avocá-la inteiramente para si, a vítima perdeu, por completo, o direito de punir aquele que lhe causa prejuízos. A responsabilidade civil para o ofendido, não é uma questão de vingança ou de punição, mas apenas de reparação.

A responsabilidade civil por danos ambientais é objetiva e pode incidir tanto diante de atos ilícitos como diante de atos lícitos, pelo que sua função deve ser preponderantemente a de promover a reparação do dano ambiental, atentando-se para o princípio da reparação integral. Ou seja, o objetivo não é

penalizar o poluidor, mas promover a recuperação integral do bem jurídico lesado, tanto no que se refere à sua dimensão material, quanto à sua dimensão extrapatrimonial, entendendo-se que esta última justifica-se pela irreversibilidade do dano e pelo tempo durante o qual a população foi ou será privada da fruição coletiva dos bens ambientais, pois a recuperação, quando ocorre, jamais é completa.

A função preventiva, decorrente dos princípios da reparação da prevenção, precaução e poluidor-pagador, ao nosso ver, tem um sentido muito diverso daquele existente no direito penal. Entendemos que, no direito ambiental, a função preventiva da responsabilidade civil ensejará a supressão do fato lesivo, buscando-se alterar o *modus operandi* que resultou no dano. Em outras palavras, além de reparar o dano, o poluidor deverá alterar o seu processo produtivo, tornando-o sustentável e eliminando os fatores capazes de produzir riscos intoleráveis.

Além disso, haveria inevitável afronte à dicotomia ente ilícito civil e ilícito penal, aplicando-se penas sem balizamento legal, sem as garantias processuais próprias e sem a necessária tipificação prévia das condutas reprováveis. Se adotada a dosimetria do direito penal para o arbitramento da indenização, as mesmas circunstâncias que configuram agravantes, tanto para efeitos penais como de responsabilização administrativa, por exemplo, seriam valoradas no âmbito cível para enfatizar o juízo de reprovação social, configurando *bis in idem* e, ademais, ao responsável não seria dado conhecer

em que medida estaria sendo apenado, e em que medida estaria simplesmente compensando o dano, atenuando, exatamente, o efeito dissuasivo que consiste na principal vantagem da responsabilidade civil.

[...]

Maria Celina Bodin de Moraes também formula críticas com relação à função punitiva atribuída pela maior parte dos autores ao dano extrapatrimonial, aduzindo que o grau de culpa implicaria na conclusão de que quanto mais grave a culpa, maior o valor reparatório, independentemente da extensão do dano. Essa opção pode causar um choque entre o intuito de se reparar todo o dano - desconsiderando-se o grau da culpa - e o de se punir a conduta. O seguimento do critério do grau de culpa pode importar em indenização irrisória para um dano de consequências graves, por ter sido leve a culpa do agente.

[...]

Portanto, os critérios para o arbitramento do dano extrapatrimonial associado ao meio ambiente não poderão sopesar circunstâncias subjetivas individuais do poluidor, tais como intensidade da culpa ou do dolo, os motivos da infração, suas condições econômicas e o lucro obtido.

[...]

Os principais critérios merecedores de atenção para arbitramento da indenização devem ser a intensidade do risco criado e a gravidade do dano, devendo o juiz considerar o tempo durante o qual a degradação persistirá ... avaliando se o dano é ou não reversível. Importante, ainda, analisar o grau de proteção jurídica atribuído ao bem ambiental lesado.

[...]

Não se pode perder de vista que, ao final, o valor da indenização deverá ser proporcional, jamais ocasionado o enriquecimento da vítima.

[...]

é que se trata de mandamento inspirado pela equidade. (STEIGLEDER, Annelise Monteiro. **Responsabilidade Civil Ambiental: as dimensões do**

dano ambiental no direito brasileiro. 2 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011, ps. 250-253)

Nesse passo, José Ricardo Alvarez Viana anota que cabe ao juiz um arbitramento equilibrado buscando o alcance da pacificação social:

5.3.2. Reparação dos danos morais ambientais

Para reparação dos danos morais individuais a doutrina e a jurisprudência elegeram uma série de critérios que, em conjunto, irão fornecer os parâmetros necessários para o juiz proceder ao respectivo arbitramento (CC, art. 944).

[...]

Pondere-se, por relevante, que a fixação módica e descontextualizada dos danos morais pode conduzir a uma outra ofensa, talvez até mais grave do que a ofensa originária, na medida em que desprestigia as autoridades competentes e incentiva práticas lesivas futuras. De outra parte, a fixação exacerbada também não materializa solução justa por conduzir à iniquidade social. Desta forma, a atividade de arbitramento, a ser executada no caso em concreto, reveste-se de importância singular para as partes e para a sociedade como um todo, cabendo ao juiz, fundado sobretudo nos valores éticos que compõem o meio ambiente, fornecer uma resposta equilibrada, trazendo em si a pacificação social, escopo magno da jurisdição. (VIANA, José Ricardo Alvarez. **Responsabilidade Civil por Danos ao Meio Ambiente à Luz do Novo Código Civil.** Curitiba: Juruá, 2004, ps. 145 e 146)

No caso, a Corte local apurou que o recorrido foi submetido, por longo período (superior a 6 meses) ao ócio, à angústia, sofrimento e aflição e se viu imerso em incerteza quanto à viabilidade futura de sua atividade profissional, dado aos danos ambientais causados na região de onde extrai o seu sustento.

Ademais, é notório que a recorrente opôs indevida resistência ao oportuno pagamento das verbas de natureza alimentar aos lesados - o que, por si só, obviamente, agravou sobremaneira a angústia do autor quanto à sua própria subsistência e de sua família-, tanto é assim que, recentemente, foi julgado recurso especial, pelo rito do artigo 543-C do CPC, que abordava o dano ora em apreciação.

A decisão tem a seguinte ementa:

RECURSO ESPECIAL. RITO DO ART. 543-C DO CPC. VAZAMENTO DE OLEODUTO DA PETROBRAS QUE IMPOSSIBILITOU A PESCA NA BAÍA DE ANTONINA/PR. INDENIZAÇÃO. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. PRESENÇA DOS REQUISITOS DO ART. 475-O, § 2º, I, DO CPC. LEVANTAMENTO DE VALORES INDEPENDENTEMENTE DE CAUÇÃO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES.

1 - Nas execuções provisórias nas ações de indenização pelo vazamento do oleoduto Olapa, que impossibilitou a pesca na Baía de Antonina e adjacências, mas também aplicáveis a outros casos de acidentes ambientais semelhantes, é permitido ao juiz da execução, diante da natureza alimentar do crédito e do estado de necessidade dos exequentes, a dispensa da contracautela para o levantamento do crédito, limitado,

Superior Tribunal de Justiça

contudo, a 60 (sessenta) vezes o salário mínimo (art. 475-O, § 2º, I, CPC).

2 - Na linha dos precedentes desta Corte Superior de Justiça, é possível deferir o levantamento de valor em execução provisória, sem caucionar, quando o tribunal local, soberano na análise fática da causa, verifica, como na hipótese, que, além de preenchidos os pressupostos legais e mesmo com perigo de irreversibilidade da situação, os danos ao exequente são de maior monta do que ao patrimônio da executada.

3 - Refoge à competência do Superior Tribunal de Justiça, nos termos do enunciado nº 7 de sua súmula, qualquer pretensão de análise das condições econômicas das partes envolvidas.

4 - Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido. Acórdão sujeito ao regime do artigo 543-C do Código de Processo Civil e da Resolução STJ nº 8/2008.

(REsp 1145358/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 25/04/2012, DJe 09/05/2012)

Nesse mencionado precedente, relatado pelo em. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Sua Excelência dispôs:

Trata-se de recurso especial interposto pela Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná que, no julgamento de agravo de instrumento em sede de execução provisória de sentença, reformou a decisão de 1º grau determinando o levantamento de 60 (sessenta) salários mínimos independentemente de caução, nos termos do artigo 475-O, parágrafo 2º, inciso I, do Código de Processo Civil, restando assim sumariado o acórdão:

[...]

Nas razões do apelo nobre, sustenta a Petrobras, por ambas as alíneas do permissivo constitucional, violação do artigo 475-O, inciso II, do Código de Processo Civil.

De acordo com a recorrente, o Tribunal de origem, ao deferir o pedido de levantamento de valores sem caução, mesmo diante da possibilidade de eventual reforma do julgado de mérito, violou essa regra, porquanto restituiu às partes ao estado anterior.

Assim, entende que não pode ser deferido o levantamento independentemente de caução diante da impossibilidade de restituição do valor, no caso de reversibilidade da decisão, nos limites em que reformada.

Conclui aduzindo que "*o perigo da irreversibilidade da situação criada pela execução provisória deverá ser aferido, por conseguinte, do ponto de vista processual e não levando em consideração a pujança econômica do devedor ou o montante do valor depositado*" (fl. 73).

Cita precedente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (AG nº 1.0024.07.568632-9/001) favorável, em tese, à sua pretensão.

Após as contrarrazões, o recurso especial foi admitido na origem como representativo de controvérsia.

Diante da multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica tese de direito, qual seja, o levantamento do depósito judicial no valor correspondente a até 60 (sessenta) salários mínimos, sem a necessidade de caução (art. 475-O, § 2º, I, do CPC), especificamente na execução provisória na ação de ressarcimento patrimonial e moral pelo vazamento do oleoduto Olapa, pertencente à Petrobras (o que acabou por impossibilitar a pesca na Baía de

Superior Tribunal de Justiça

Antonina e adjacências por 6 meses), o julgamento do presente recurso especial e do RESP nº 1.145.353/PR, anexo, foi afetado à Segunda Seção desta Corte, cumprindo o rito do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ nº 8/08.

[...]

1) A DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO: manifestou-se no sentido de considerar que *"a impossibilidade de exercer o ofício que traz sustento não só seu como de toda sua família, por si só, já configura o estado de necessidade da recorrida. Isso posto, verifica-se que está presente, no caso em apreço, os requisitos necessários ao levantamento do valor depositado sem que haja a necessidade de caução"* (fl. 194).

2) A COLÔNIA DE PESCADORES Z-8 DE ANTONINA/PR afirmou que *"uma das condições para o levantamento de valores sem a prestação de caução é, exatamente, a situação de necessidade do exequente de crédito de natureza alimentar, ou seja, sua periclitante condição financeira que pode ser agravada pela demora na resolução definitiva da lide"* (fl. 208).

O Subprocurador-Geral da República opina pelo não provimento do recurso.

[...]

Conforme já relatado, diante da multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica tese de direito, qual seja, o levantamento do depósito judicial no valor correspondente a até 60 (sessenta) salários mínimos, sem a necessidade de caução (art. 475-O, § 2º, I, do CPC), especificamente na execução provisória na ação de ressarcimento patrimonial e moral pelo vazamento do oleoduto Olapa, pertencente à Petrobras (o que acabou por impossibilitar a pesca na Baía de Antonina e adjacências por 6 meses), o julgamento do presente recurso especial e do RESP nº 1.145.353/PR, anexo, foi afetado à Segunda Seção desta Corte, cumprindo o rito do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ nº 8/08.

Na origem, a ora recorrida propôs ação indenizatória contra a Petrobrás, em virtude de danos advindos de acidente ambiental que reduziu a pesca na Baía de Antonina e adjacências, causando prejuízos materiais e morais aos pescadores, julgada procedente em ambos os graus de jurisdição.

Iniciada a execução provisória, a executada efetuou o depósito do valor da execução. Em seguida, com fundamento no artigo 475-O, § 2º, I, do CPC, a exequente requereu o levantamento do valor depositado **independentemente de caução.**

O TJ/PR concedeu o pedido, firme no entendimento de que, para a dispensa da prestação de contracautela para o levantamento de valores na execução provisória, hipótese prevista no inciso I parágrafo 2º do artigo 475-O do CPC, devem ser avaliados somente os requisitos ali contidos, quais sejam, a natureza do crédito exequendo e a situação de necessidade do exequente.

Para o Tribunal local, *"as verbas de natureza alimentar não são definidas somente pela sua origem trabalhista, previdenciária, ou de direito de família, mas também pela sua destinação, ou seja, quando reservadas para manter o sustento de seu beneficiário, principalmente quando se trata de pessoa simples, de baixo poder aquisitivo, como na hipótese em tela, que por cerca de 06 (seis) meses ficou impedida de exercer sua profissão, que lhe garantia a mínima subsistência, além de ter que esperar por mais de 02 (dois) anos, nos termos do acórdão condenatório (fls. 45), a recuperação do ecossistema da região, o que sem dúvida influenciou diretamente na diminuição da sua renda durante esse período, sem contar os mais de 07 (sete) anos sob a expectativa de um justo ressarcimento"* (fl. 131).

Afirma, ainda, que "a exigência de reversibilidade da medida, além de não estar prevista em lei para execução provisória de crédito de natureza alimentar, não pode ser levada ao extremo, sob pena do instituto tornar inatingível o objetivo a que se destina a norma, devendo comportar mitigações, em observância ao princípio da proporcionalidade e razoabilidade que devem nortear as decisões judiciais, para que no caso em mesa a dignidade e a subsistência da pessoa humana sejam salvaguardadas" (fl. 134).

[...]

Percebe-se, portanto, que a alteração legislativa conferiu ao juiz da execução, diante das peculiaridades da situação, a possibilidade de dispensar a prestação de contracautela para levantamento de valores nas execuções provisórias decorrentes de ato ilícito ou de verba de natureza alimentar, desde que demonstrada a situação de necessidade do exequente, restringindo o valor, contudo, ao limite de sessenta vezes o salário mínimo.

Em relação ao caso em comento, de início, tem-se que os prejuízos causados ao meio ambiente e à comunidade dos pescadores pelo vazamento de óleo nas águas em decorrência do rompimento do 'poliduto' de propriedade da Petrobras, é fato notório, ratificado pela própria recorrente, tendo sido amplamente divulgado inclusive pelas entidades fiscalizadoras, conforme se extrai da Portaria nº 004, de 20 de fevereiro de 2001, expedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, que estabeleceu:

"Art. 1º - Proibir, por tempo indeterminado, qualquer modalidade de pesca no Rio Nhundiaquara desde a ponte sobre aquele Rio que liga as cidades de Morretes e Antonina, até a sua foz, bem como na Baía de Antonina, assim como a comercialização das espécies oriundas das atividades pesqueira.

(...)

Art 4º - Proibir a captura e comercialização de caranguejo-uçá (*Ucides cordarus*), todas as espécies de camarões e demais animais aquáticos oriundos das áreas afetadas".

E também pela Portaria nº 044/2001, do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, publicada em 19 de fevereiro de 2001, de onde se extrai:

"Considerando:

- a) O acidente ecológico causado pelo vazamento de óleo pela PETROBRÁS, no oleoduto OLAPA, que interliga a Refinaria da PETROBRÁS, em Araucária, ao Terminal em Paranaguá, no trecho em que atravessa a Serra do Mar, no Município de Morretes - PR;
- b) Tratar-se de produto com toxicidade, que afetou a ictiofauna dos rios interiores, do Meio, Sagrado, dos Neves e Nhundiaquara a partir de quinhentos metros a montante do Rio dos Neves até a sua foz;
- c) que o produto da pesca poderá ser considerado impróprio para consumo humano (...);

ARTIGO 1º - Proibir, por tempo indeterminado, qualquer modalidade de pesca nos rios interiores, do Meio, Sagrado, dos Neves e Nhundiaquara a partir de quinhentos a montante do Rio dos Neves até a sua foz. (...)"

No que se refere à natureza alimentar do crédito, conforme declinado pela instância ordinária, soberana na análise fática da causa, restou incontroversa, uma vez tratar-se de indenização por danos materiais e

morais suportados pela autora/pescadora durante o período que ficou impossibilitada de exercer sua profissão.

Inconteste, outrossim, o estado de necessidade da exequente, nos termos em que decidido pelo Tribunal de origem e não impugnado pela recorrente, conforme se extrai da letra do voto condutor:

"Ora, é inegável que o autor/agravante trata-se de pessoa humilde, de poucos recursos materiais, que tem na pesca o seu sustento, e que durante todo o processo litigou sob o manto da assistência judiciária gratuita, buscando, ainda, uma reparação civil em razão de ter ficado privada do seu meio de sustento.

Deste modo, patente seu estado de necessidade, que sequer pode ser afastado pelo decurso do tempo, eis que o fato de se passarem vários anos, por si só, não modifica a condição do agravante.

Ademais, ressalta-se que não seria justo impor à vítima do evento danoso os ônus advindos da demora no andamento processual, especialmente se considerarmos os fatos acima expostos, bem como toda agonia e angústia que envolve o caso. (...)" (fl. 65).

Daí decorre entender que, comprovados os requisitos que a lei exige para o levantamento do crédito, pode o magistrado dispensar a prestação de contracautela, como na hipótese.

[...]

Ademais, apesar de, talvez na prática, eventual restituição *in totum* por parte da ora beneficiada não seja possível, nada impede que a recorrente promova, pelas vias processuais cabíveis, o seu ressarcimento, visto que a natureza da prestação não pode servir de injusta imunidade ao devedor, devendo ser aplicada aqui a máxima *neminem laedere* (não prejudicar a ninguém) e a vedação ao enriquecimento sem causa.

De fato, o art. 462 do CPC autoriza tal providência:

Se, depois da propositura da ação, algum fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito influir no julgamento da lide, caberá ao juiz tomá-lo em consideração, de ofício ou a requerimento da parte, no momento de proferir a sentença.

Como se percebe, o "fato constitutivo" a que se refere o dispositivo permite, tanto ao Juízo singular como ao Tribunal, a análise de circunstâncias outras que, devido a sua implementação tardia, não eram passíveis de resenha inicial.

A solução proposta pelo artigo ora examinado tem como escopo a economia processual, para que a tutela jurisdicional seja profícua, contemplando o direito material, e não uma mera resposta a formulações teóricas, sem nenhum relevo prático.

Privilegia-se, assim, o estado atual em que se encontram as coisas, evitando-se provimento judicial de procedência quando já pereceu o direito do autor ou de improcedência quando o direito pleiteado na inicial, delineado pela *causa petendi* narrada, é reforçado por fatos supervenientes (REsp 500182/RJ, Rel. Ministro LUIS

FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 03/09/2009, DJe 21/09/2009).

Outrossim, em petição instruída por extensa documentação, às fls. 620-1.922, o recorrido demonstra que vários outros lesados obtiveram a mesma verba indenizatória, já tendo inclusive levantado os valores a que fazem jus.

Igualmente, cabe observar que há precedente do STJ reconhecendo que, no caso, a verba arbitrada, a título de danos morais, é razoável, não cabendo a sua revisão, em sede de recurso especial:

AGRAVO REGIMENTAL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - ROMPIMENTO DO POLIDUTO "OLAPA" - VAZAMENTO DE 52.000 LITROS DE ÓLEO COMBUSTÍVEL NA SERRA DO MAR - DANO AMBIENTAL - ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE DANO MORAL - REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO - IMPOSSIBILIDADE - SÚMULA 7/STJ - DANOS MORAIS - FIXAÇÃO - RAZOABILIDADE - OFENSA AO ART. 535 DO CPC - INEXISTÊNCIA - NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA - LUCROS CESSANTES - FALTA DE PREQUESTIONAMENTO - APLICAÇÃO DAS SÚMULAS 282/STF e 356/STF - DECISÃO AGRAVADA MANTIDA.

1.- O acolhimento das alegações da Agravante não dispensa o reexame de prova. Rever a conclusão a que chegou o Tribunal a quo demandaria a incursão no conjunto probatório para concluir-se da forma requerida pela Recorrente. Incide nesse ponto a Súmula 7/STJ, o que impede, aliás, o julgamento do caso à luz do sistema de Recursos Repetitivos.

2.- A intervenção do STJ, Corte de caráter nacional, destinada a firmar interpretação geral do Direito Federal para todo o país e não para a revisão de questões de interesse individual, no caso de questionamento do valor fixado para o dano moral, somente é admissível quando o valor fixado pelo Tribunal de origem, cumprindo o duplo grau de jurisdição, se mostre teratológico, por irrisório ou abusivo.

3.- Inocorrência de teratologia no caso concreto, em que foi fixado o valor de R\$ 16.000 (dezesseis mil reais), a título de indenização por danos morais sofrido por pescador que ficou impossibilitado de exercer sua atividade em decorrência do dano ambiental provocado pela Agravante, consistente no rompimento do Poliduto "OLAPA" com vazamento de 52.000 litros de óleo combustível na Serra do Mar.

4.- A jurisprudência desta Casa é pacífica ao proclamar que, se os fundamentos adotados bastam para justificar o concluído na decisão, o julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos utilizados pela parte.

5.- O prequestionamento, entendido como a necessidade de o tema objeto do recurso haver sido examinado pela decisão atacada, constitui exigência inafastável da própria previsão constitucional, ao tratar do recurso especial, impondo-se como um dos principais requisitos ao seu conhecimento. Nos termos das Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal, não se admite o Recurso Especial que suscita tema não prequestionado pelo Tribunal de origem.

6.- O agravo não trouxe nenhum argumento novo capaz de modificar a conclusão alvitrada, a qual se mantém por seus próprios fundamentos.

7.- Agravo Regimental improvido.

(AgRg no AREsp 113.103/PR, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA

TURMA, julgado em 26/06/2012, DJe 29/06/2012)

No mesmo diapasão:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANOS MATERIAIS E MORAIS. ACIDENTE AMBIENTAL. ROMPIMENTO DO POLIDUTO "OLAPA" - VAZAMENTO DE ÓLEO COMBUSTÍVEL NA SERRA DO MAR. CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA. ELEMENTOS DOCUMENTAIS SUFICIENTES. LEGITIMIDADE ATIVA DO PESCADOR ARTESANAL COM CARTEIRA PROFISSIONAL REGISTRADA NO DEPARTAMENTO DE PESCA E AGRICULTURA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO. DANO AMBIENTAL. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. PRINCÍPIO DO POLUIDOR-PAGADOR. MATÉRIAS DECIDIDAS PELA 2ª SEÇÃO, NO RESP 1.114.398/PR, MIN. SIDNEI BENETI, DJE DE 16/02/2012, JULGADO SOB O REGIME DO ART. 543-C DO CPC. ESPECIAL EFICÁCIA VINCULATIVA DESSE PRECEDENTE (CPC, ART. 543-C, § 7º), QUE IMPÕE SUA ADOÇÃO EM CASOS ANÁLOGOS, COMO A DOS AUTOS. DANO MORAL. VALOR DA CONDENAÇÃO. RAZOABILIDADE. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. Inexistência de cerceamento de defesa no julgamento antecipado da lide, tendo em vista serem suficientes os elementos documentais apresentados. Ademais, está caracterizada a notoriedade e a publicidade da situação fática retratada nos autos, bem como o inquestionável prejuízo gerado pelo dano ecológico.

2. Configurada a legitimidade ativa ante a qualidade de pescador profissional do autor com documento de identificação profissional fornecido pelo Ministério da Agricultura e Abastecimento.

3. O dano ambiental, cujas consequências se propagam ao lesado, é, por expressa previsão legal, de responsabilidade objetiva, impondo-se ao poluidor o dever de indenizar.

4. A modificação das conclusões a que chegaram as instâncias ordinárias, relativa à presença dos requisitos ensejadores do dever de indenizar pelo dano causado, nos moldes em que pretendido, encontra óbice na Súmula 7/STJ, por demandar o vedado revolvimento de matéria fático-probatória.

5. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

(AgRg no AREsp 89.444/PR, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/08/2012, DJe 24/08/2012)

PROCESSUAL CIVIL. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. DANOS AMBIENTAIS. QUANTUM INDENIZATÓRIO. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF.

1. A deficiência na fundamentação de Recurso Especial que impeça a exata compreensão da controvérsia atrai, por analogia, a aplicação da Súmula 284/STF.

2. A revisão dos parâmetros dos quais a Corte de origem utilizou-se para mensurar o quantum indenizatório devido, a título de reparação pelos danos ambientais causados, in casu, pelo vazamento de óleo combustível, é medida vedada ante o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

Superior Tribunal de Justiça

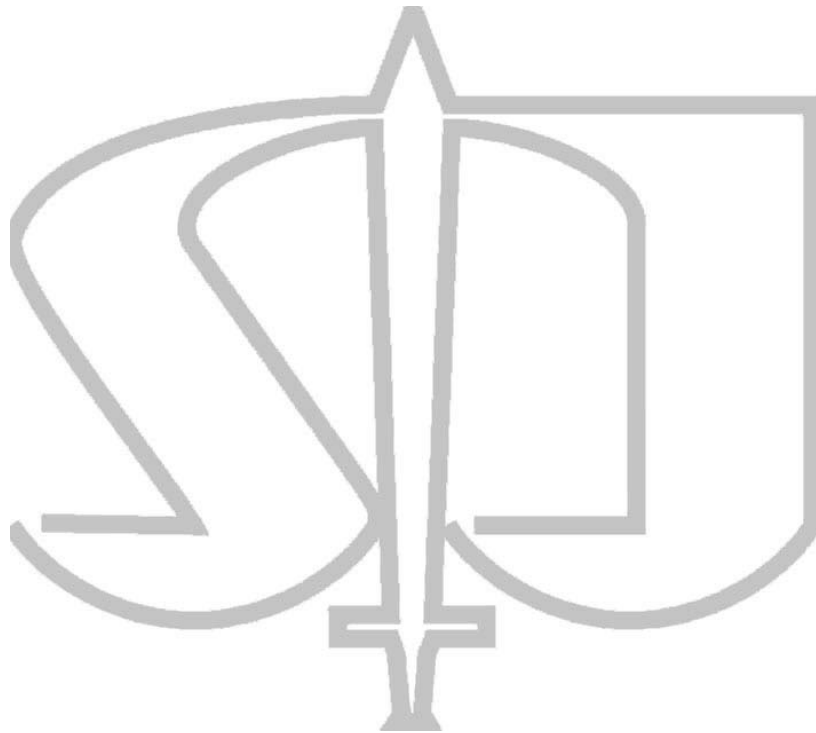
3. Não se conhece de Recurso Especial quanto a matéria não especificamente enfrentada pelo Tribunal de origem, dada a ausência de prequestionamento. Incidência, por analogia, da Súmula 282/STF.

4. Recursos Especiais não conhecidos.

(REsp 951.964/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/06/2009, DJe 21/08/2009)

5. Diante do exposto, nego provimento ao recurso especial.

É como voto.



RECURSO ESPECIAL Nº 1.346.430 - PR (2011/0223079-7)

VOTO-ANTECIPADO

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI: Sr. Presidente, penso que, nesse caso, não há uma teratologia que enseje a redução do valor dessa indenização, considerando, também, a circunstância de que o mesmo valor já foi pago a diversos pescadores em situação análoga.

Penso que esse valor, seja o desse caso, seja o do julgado como repetitivo, não deve ser tido como parâmetro deste Tribunal para qualquer caso de dano ambiental. Em caso de dano ambiental, penso que, melhor do que a estimativa de valor elevado de dano moral individual, é a condenação mais ampla possível à indenização por danos materiais que recomponha na medida do viável o meio ambiente, bem como a indenização dos valores que as vítimas deixaram de perceber em sua atividade econômica em razão direta do acidente.

À vista desse caso, pondero que talvez não tenha sido a melhor a decisão da Corte quando autorizou o levantamento sem caução de indenização por dano moral individual. Melhor refletindo, teria sido mais adequado, ao meu sentir, autorizar o levantamento sem caução, dentro do limite legal, apenas do valor relativo ao dano material alimentar, ou seja, cerca de um salário mínimo por mês. O valor arbitrado a título de dano moral melhor teria sido aguardar o pronunciamento do STJ. Mas foram consideradas, na instância de origem, peculiaridades da causa que, via de regra, não são examinadas pelo STJ, salvo manifesto excesso. Também foi examinada, pelo próprio STJ, a questão acerca do levantamento sem caução.

Considerando todas essas circunstâncias, embora pense que esse valor de dano moral não deva ser adotado como paradigma pelo Tribunal, mas, considerando que houve de fato o dano ambiental, que houve o pagamento sem caução em face de situação de necessidade, que foi apurada pela instância de origem e corroborada pelo STJ no julgamento do repetitivo, acompanho o voto de V. Exa.

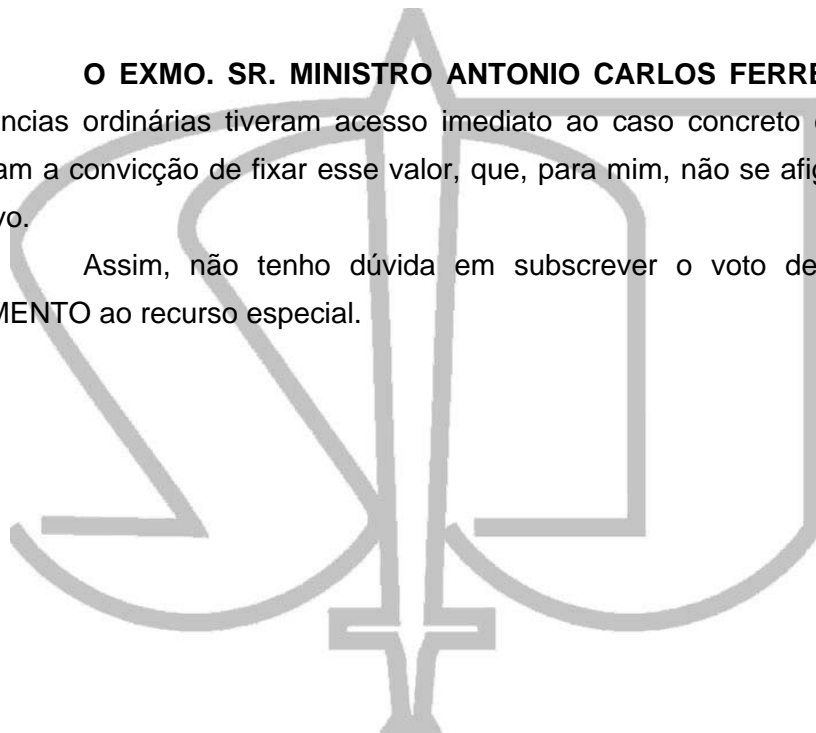
RECURSO ESPECIAL Nº 1.346.430 - PR (2011/0223079-7)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
RECORRENTE : **PETRÓLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS**
ADVOGADO : **ANANIAS CEZAR TEIXEIRA E OUTRO(S)**
RECORRIDO : **ODAIR JOSÉ DO NASCIMENTO DIAS**
ADVOGADOS : **SAULO BONAT DE MELLO E OUTRO(S)**
: **FABIANO NEVES MACIEYWSKI**
: **FERNANDO MURILO COSTA GARCIA**

VOTO

O EXMO. SR. MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA: Sr. Presidente, as instâncias ordinárias tiveram acesso imediato ao caso concreto e aos fatos que lhes permitiram a convicção de fixar esse valor, que, para mim, não se afigura teratológico nem excessivo.

Assim, não tenho dúvida em subscrever o voto de V. Exa. e **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso especial.



**CERTIDÃO DE JULGAMENTO
QUARTA TURMA**

Número Registro: 2011/0223079-7

PROCESSO ELETRÔNICO REsp 1.346.430 / PR

Números Origem: 00001355720038160043 084603 4819796 6717160 671716001 67171602002
8462003

PAUTA: 18/10/2012

JULGADO: 18/10/2012

Relator

Exmo. Sr. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**

Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. **ANTÔNIO CARLOS PESSOA LINS**

Secretária

Bela. **TERESA HELENA DA ROCHA BASEVI**

AUTUAÇÃO

RECORRENTE : PETRÓLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS
ADVOGADO : ANANIAS CEZAR TEIXEIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO : ODAIR JOSÉ DO NASCIMENTO DIAS
ADVOGADOS : SAULO BONAT DE MELLO E OUTRO(S)
FABIANO NEVES MACIEYWSKI
FERNANDO MURILO COSTA GARCIA

ASSUNTO: DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Dano Ambiental

SUSTENTAÇÃO ORAL

Dr(a). **SANDALO BUENO DO NASCIMENTO FILHO**(Protestará por Juntada)
, pela parte RECORRIDA: **ODAIR JOSÉ DO NASCIMENTO DIAS**

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia QUARTA TURMA, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

A Quarta Turma, por maioria, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Senhor Ministro Relator. Vencido, em parte, o Sr. Ministro Raul Araújo Filho, no tocante ao valor da indenização.

Os Srs. Ministros Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira e Marco Buzzi votaram com o Sr. Ministro Relator.